



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Sr. Diretor-Geral da Administração

Em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 70, Título IV, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, submetemos a V.S.<sup>a</sup> o presente processo de Prestação de Contas relativo às despesas realizadas no exercício financeiro de 2025.

À superior consideração.

São Paulo, (data da assinatura eletrônica)

**EDSON SENDA**  
Diretor da Coordenadoria de Contabilidade

**RENATA APARECIDA CURSINO PIRES**  
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

**DE ACORDO**

São Paulo, (data da assinatura eletrônica)

**RÔMULO BORGES ARAÚJO**  
Diretor-Geral da Administração

**APROVO**

**CIÊNCIA AO E. TRIBUNAL PLENO.**

São Paulo, (data da assinatura eletrônica)

**VALDIR FLORINDO**  
Desembargador Presidente do Tribunal



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



## RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REGIMENTAL

Exercício 2025

Fevereiro de 2026



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

**VALDIR FLORINDO**  
Presidente

**ANTERO ARANTES MARTINS**  
Vice-Presidente Administrativo

**FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO**  
Vice-Presidente Judicial

**SUELI TOMÉ DA PONTE**  
Corregedora Regional

**BIANCA BASTOS**  
Diretora da Escola Judicial

**REGINA APARECIDA DUARTE**  
Vice-Diretora da Escola Judicial

**RÔMULO BORGES ARAÚJO**  
Diretor-Geral da Administração

**RENATA APARECIDA CURSINO PIRES**  
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

**EDSON SENDA**  
Diretor da Coordenadoria de Contabilidade



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

**PROAD nº 8768/2026 – Prestação de Contas Regimental – Exercício/2025**  
Processo SOF/CCONT nº 01/2026

I.	CONTEXTO OPERACIONAL DO TRIBUNAL.....	5
II.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2025.....	6
1.	Créditos Autorizados ao TRT da 2ª Região.....	6
2.	Descentralizações (Provisões e Destaques).....	6
III.	DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	6
1.	Síntese.....	6
2.	Das Despesas Realizadas - Recursos Consignados na LOA e Descentralizados.....	8
2.1.	Das Despesas Realizadas com Recursos Consignados na LOA.....	8
2.1.1.	Das Despesas de Pessoal.....	8
2.1.1.1.	Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal.....	8
2.1.1.2.	Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal.....	10
2.1.1.3.	Restos a Pagar Pagos – Pessoal.....	12
2.1.2.	Das Despesas Correntes e de Capital.....	12
2.1.2.1.	Créditos Orçamentários para as Despesas Correntes e de Capital.....	12
2.1.2.2.	Da Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital.....	16
2.1.2.3.	Restos a Pagar Pagos – Correntes e Capital.....	18
2.2.	Das Despesas Realizadas com Descentralizações: Provisões e Destaques.....	19
2.2.1.	Do Orçamento Descentralizado.....	19
2.2.2.	Da Execução Orçamentária das Despesas com Descentralizações: Provisões e Destaques.....	20
IV.	DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS.....	21
1.	Desempenho das Metas Físicas e Financeiras.....	23
1.1.	Ativos Cíveis da União.....	26
1.2.	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.....	26
1.3.	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	27
1.4.	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.....	34
1.5.	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.....	35
1.6.	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	38
1.7.	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública.....	38
1.8.	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Provisão).....	39
1.9.	Trabalho Seguro (Provisão).....	40
1.10.	Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (Provisão).....	41
1.11.	Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (Provisão).....	41
1.12.	Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade (Provisão).....	42
1.13.	Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito (Destaque).....	43
1.14.	Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral (Destaque).....	43
1.15.	Aposentadorias e Pensões Cíveis da União.....	44
1.16.	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	44
1.17.	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Precatórios (Destaque).....	45
1.18.	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) – Despesas Diversas (Destaque).....	46
1.19.	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (Provisão).....	46
1.20.	Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012.....	47
V.	ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	48
1.	Conjuntura Atual.....	48
1.1.	Límite de Pagamento.....	48
1.2.	Orçamento Impositivo.....	51
1.3.	Proporção de Gastos das Despesas Primárias.....	52
1.4.	Custo do Processo Julgado.....	54
	ANEXOS – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	58



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

## I. CONTEXTO OPERACIONAL DO TRIBUNAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região encerrou o exercício de 2025 com 604 magistrados e magistradas e 5.409 servidores e servidoras, que atuaram em 217 varas do trabalho, 18 turmas e 9 seções especializadas, além dos setores administrativos e da Escola Judicial.

Em 2025, foram julgados 729.016 processos judiciais, de acordo com relatório estatístico oficial do Órgão.

Este Órgão integra o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, identificado com a Unidade Orçamentária 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, compreendendo a Unidade Gestora<sup>1</sup> (UG) 080010 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e Unidade Gestora Responsável<sup>2</sup> (UGR) 080032 - Escola Judicial do TRT da 2ª Região.

No exercício de 2025, a execução orçamentária e financeira das despesas realizadas pelas UG 080010 e UGR 080032 efetivou-se sob a responsabilidade dos seguintes agentes:

<b>Tipo de Responsabilidade</b>	<b>UG</b>	<b>Agente Responsável</b>
Ordenador de Despesa	080010	Dr. Valdir Florindo Rômulo Borges Araújo Aquiles José Malvezzi Neíze Silveira Sampaio
	080032	Dra. Bianca Bastos Dra. Regina Aparecida Duarte
Gestor Financeiro	080010 e 080032	Antônio Fábio Fernandes Figueiredo Andrea Ortega Eboli

<sup>1</sup> Unidade Orçamentária ou Administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à tomada de contas anual na conformidade do disposto nos artigos 81 e 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

<sup>2</sup> Unidade que responde pela realização da parcela do programa de trabalho contida num crédito.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

## II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2025

A Lei Orçamentária Anual para 2025 (Lei nº 15.121/2025), doravante denominada LOA 2025, consignou a este E. Tribunal a dotação inicial de R\$ 3.691.719.967,00, acrescida dos créditos adicionais e descentralizações orçamentárias (Provisões e Destaques), concedidos durante o exercício, os quais seguem abaixo discriminados:

Discriminação		Valor (R\$)
<b>1. Créditos Autorizados ao TRT da 2ª Região</b>		
Dotação Inicial – LOA 2025		3.691.719.967,00
Créditos adicionais <b>com</b> oferecimento de recursos próprios	Crédito oferecido	(91.192.945,00)
	Crédito recebido	91.192.945,00
Créditos adicionais <b>sem</b> oferecimento de recursos próprios	Crédito para pessoal	221.098.858,00
	Crédito para custeio	73.699.730,00
<b>Total</b>		<b>3.986.518.555,00</b>
<b>2. Descentralizações (Provisões e Destaques)</b>		
Provisões		100.278.463,75
Destaques		66.652.680,29
<b>Total</b>		<b>166.931.144,04</b>
<b>TOTAL GERAL AUTORIZADO</b>		<b>4.153.449.699,04</b>

## III. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 1. Síntese

A despesas foram processadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e a Portaria nº 833, de 16/12/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram registrados no SIAFI,



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

proporcionando a emissão automática dos balanços contábeis, integrantes da presente Prestação de Contas (Anexos – Demonstrativos Contábeis).

Este Regional realizou a execução orçamentária e financeira dos valores consignados na LOA 2025, dos créditos adicionais recebidos, das descentralizações internas (Provisões) recebidas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, e das descentralizações externas (Destaques).

Da dotação total autorizada de 2025 (R\$ 4.153.449.699,04), a despesa empenhada atingiu o montante de R\$ 4.120.465.543,94, tendo sido liquidados R\$ 4.081.746.706,15 e pagos R\$ 4.018.786.559,35.

Restaram R\$ 32.984.155,10 de dotação não utilizada, sendo R\$ 16.906.742,00 de Reserva de Contingência<sup>3</sup>, que não pôde ser utilizada, restando, portanto, um saldo não utilizado efetivamente de R\$ 16.077.413,10. Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) R\$ 38.718.837,79 e R\$ 62.960.146,80 em Restos a Pagar Processados (RPP). Os valores relativos aos Restos a Pagar possuem previsão para serem pagos durante o exercício de 2026.

Abaixo, estão demonstrados resumidamente os montantes utilizados em 2025, as despesas inscritas em RPNP e RPP e os valores não utilizados que restaram em disponibilidade.

Origem do Orçamento	Dotação Autorizada – R\$ (a)	Execução Orçamentária – R\$					Dotação Não Utilizada – R\$ (g) = (a – b)
		Despesa Empenhada (b)	Despesa Liquidada (c)	Despesa Inscrita em RPNP (d) = (b – c)	Despesa Paga (e)	Despesa Inscrita em RPP (f) = (c – e)	
Consignado na LOA/2025 (+) Créditos Adicionais	3.969.611.813,00	3.953.657.231,93	3.914.961.681,12	38.695.550,81	3.852.002.431,63	62.959.249,49	15.954.581,07
Consignado na LOA/2025 = Reserva de Contingência	16.906.742,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.906.742,00
Recursos Descentralizados (Provisões + Destaques)	166.931.144,04	166.808.312,01	166.785.025,03	23.286,98	166.784.127,72	897,31	122.832,03
<b>Total</b>	<b>4.153.449.699,04</b>	<b>4.120.465.543,94</b>	<b>4.081.746.706,15</b>	<b>38.718.837,79</b>	<b>4.018.786.559,35</b>	<b>62.960.146,80</b>	<b>32.984.155,10</b>

<sup>3</sup> De acordo com o Manual Técnico do Orçamento, a Reserva de Contingência é uma reserva de recursos globais, de natureza primária ou financeira, para atendimento de contingências fiscais e outras necessidades específicas. Não é passível de execução, servindo de fonte para abertura de créditos adicionais.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Em 31/12/2025, o saldo dos recursos financeiros à disposição deste Tribunal importou em R\$ 201.379.210,51, constante da conta contábil 11.112.20.01 - Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS, conforme demonstrativo abaixo, extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

<b>Conta 11.112.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFFS</b>			
<b>Fonte</b>	<b>Vinculação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo – R\$</b>
1000000000	310	Pagamento Pessoal	79.457.784,27
1000000000	400	Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	41.703.839,08
1000000000	422	Auxílio Funeral - Custeio - Resul.Prim 1 e 4	75.483,18
1000000000	499	Pag. de Despesa Obrigatória - Resul.Prim=1	9.152,93
1000000000	510	Folha - Custeio Obrigatório - Resul.Prim.=1	135.960,34
1000000000	514	Folha - Custeio Discricionário - Resul.Prim=2	174.933,79
1027000000*	400	Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	3.101.559,30
1050000333*	400	Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	28.675.112,86
1056000000	310	Pagamento Pessoal	3.970,30
1081000333*	400	Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	46.766.467,92
1138000333*	400	Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	1.212.473,12
1491000000	990	Passivos Financeiros	62.473,42
<b>Total</b>			<b>201.379.210,51</b>

\* Recursos referentes às Fontes Próprias

Fonte: SIAFI 2025

## 2. Das Despesas Realizadas - Recursos Consignados na LOA e Descentralizados

### 2.1. Das Despesas Realizadas com Recursos Consignados na LOA

#### 2.1.1. Das Despesas de Pessoal

##### 2.1.1.1. Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal

Para as Despesas com Pessoal Ativo, Inativo, Pensionista e Obrigação Patronal, foi inicialmente aprovado na LOA 2025 o montante de R\$ 3.137.334.741,00, conforme demonstrado abaixo:



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

<b>Programas de Trabalho<sup>4</sup></b>	<b>Dotação Inicial – R\$</b>
Ativos Cíveis da União	1.972.679.730,00
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	819.007.758,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	342.523.143,00
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	3.124.110,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.137.334.741,00</b>

Os limites de créditos aprovados na referida Lei não foram suficientes, ocasionando o recebimento de créditos adicionais<sup>5</sup> no montante global bruto de R\$ 272.449.402,00. Desse montante, foram recebidos Créditos Suplementares sem oferecimento de recursos no valor de R\$ 221.098.858,00, e com oferecimento de recursos o valor de R\$ 51.350.544,00, sendo da Reserva de Contingência (R\$ 39.449.063,00), de recursos de benefícios (R\$ 830.000,00) e de recursos de pessoal (R\$ 11.071.481,00), remanejamento de recursos de Inativos para Ativos.

Desta forma, o aumento efetivo na dotação de pessoal totalizou R\$ 261.377.921,00, referente à soma do montante sem oferecimento, e os valores oferecidos da Reserva de Contingência e dos recursos de benefícios.

Segue demonstração consolidada dos créditos adicionais para as despesas de pessoal concedidos a este TRT em 2025:

<b>Síntese Créditos Adicionais Autorizados</b>			
<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Documento de Autorização</b>	<b>Data de concessão</b>	<b>Valor – R\$</b>
Ativos Cíveis da União - PTRES 168052	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 37/2025	27/06/2025	57.034.337,00
	Portaria GM/MPO nº 388/2025	20/10/2025	61.071.897,00
	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 82/2025	15/12/2025	48.360.886,00
	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 86/2025	24/12/2025	<u>16.900.820,00</u>

<sup>4</sup> Estrutura codificada (funcional programática) que permite a elaboração e a execução orçamentária, bem como o controle e acompanhamento dos planos definidos pela Unidade para um determinado período. Pode ser apresentado ainda como Programa de Trabalho Resumido (PTRES), que corresponde à codificação resumida do Programa de Trabalho, de forma a facilitar e agilizar sua utilização, sobretudo quanto às consultas do SIAFI. Essa codificação é atribuída automaticamente pelo Sistema para cada Programa de Trabalho.

<sup>5</sup> Os Créditos Adicionais, entendidos como autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, conforme estabelecido na Lei nº 4.320, de 1964, são classificados em 3 modalidades:

- Créditos Suplementares, destinados a reforço de dotação de subtítulo constante da Lei Orçamentária Anual;
- Créditos Especiais, destinados a despesas para as quais não haja subtítulo na Lei Orçamentária Anual; e
- Créditos Extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Síntese Créditos Adicionais Autorizados			
Programas de Trabalho	Documento de Autorização	Data de concessão	Valor – R\$
	<b>Total</b>		<b>183.367.940,00</b>
Aposentadorias e Pensões Civas da União - PTRES 168053	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 37/2025	27/06/2025	37.376.437,00
	Portaria GM/MPO nº 388/2025	20/10/2025	30.348.067,00
	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 82/2025	15/12/2025	-10.475.423,00
	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 86/2025	24/12/2025	<u>13.601.386,00</u>
	<b>Total</b>		<b>70.850.467,00</b>
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 – PTRES 192108	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 82/2025	15/12/2025	-596.058,00
	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 86/2025	24/12/2025	<u>17.830,00</u>
	<b>Total</b>		<b>-578.228,00</b>
Contribuição do RPPS – PTRES 168050	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 82/2025	15/12/2025	7.737.742,00
	<b>Total</b>		<b>7.737.742,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>261.377.921,00</b>

Assim, o total de créditos adicionais recebidos somado aos créditos inicialmente aprovados na LOA, perfazem o total orçamentário de R\$ 3.398.712.662,00 para o Grupo de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, conforme demonstrado a seguir.

Programas de Trabalho	Dotação Inicial	Créd. Adicionais	Total – R\$
Ativos Civas da União - PTRES 168052	1.972.679.730,00	183.367.940,00	2.156.047.670,00
Aposentadorias e Pensões Civas da União – PTRES 168053	819.007.758,00	70.850.467,00	889.858.225,00
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 – PTRES 192108	3.124.110,00	-578.228,00	2.545.882,00
Contribuição do RPPS – PTRES 168050	342.523.143,00	7.737.742,00	350.260.885,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.137.334.741,00</b>	<b>261.377.921,00</b>	<b>3.398.712.662,00</b>

### 2.1.1.2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal

Do total orçamentário recebido para as despesas com Pessoal (R\$ 3.398.712.662,00), foram efetivamente liquidados R\$ 3.371.056.068,26, inscrito em Restos a Pagar o total de R\$ 13.465.672,35 e restando o valor de R\$ 14.190.921,39.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programa de Trabalho	Dotação Autorizada- R\$ (a)	Execução Orçamentária – R\$					Dotação Não Utilizada – R\$ (g) = (a – b)
		Despesa Empenhada (b)	Despesa Liquidada (c)	Despesa Inscrita em RPNP (d) = (b – c)	Despesa Paga (e)	Despesa Inscrita em RPP (f) = (c – e)	
Ativos Cíveis da União - PTRES 168052	2.156.047.670,00	2.154.502.037,73	2.146.224.728,47	8.277.309,26	2.126.283.933,23	19.940.795,24	1.545.632,27
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União - PTRES 168053	889.858.225,00	882.674.388,94	877.525.687,57	5.148.701,37	877.522.403,46	3.284,11	7.183.836,06
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 - PTRES 192108	2.545.882,00	2.545.882,00	2.506.220,28	39.661,72	2.506.220,28	0,00	0,00
Contribuições da União p/ o RPPS - PTRES 168050	350.260.885,00	344.799.431,94	344.799.431,94	0,00	318.333.312,22	26.466.119,72	5.461.453,06
<b>Total</b>	<b>3.398.712.662,00</b>	<b>3.384.521.740,61</b>	<b>3.371.056.068,26</b>	<b>13.465.672,35</b>	<b>3.324.645.869,19</b>	<b>46.410.199,07</b>	<b>14.190.921,39</b>

Dentre os gastos de Pessoal e Encargos Sociais com o orçamento de 2025, demonstrados acima, está incluída a execução de despesas na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”, cujos montantes seguem informados:

Programas de Trabalho	PTRES	ND	Valor – R\$
Ativo Cíveis da União	168052	3190.92.07 - Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	1.204,69
		3190.92.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.515.302,40
		3190.92.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.484,16
<b>Total</b>			<b>4.520.991,25</b>
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	168053	3190.92.01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.190.906,92
		3190.92.03 - Pensões Do RPPS e do Militar	20.188,13
<b>Total</b>			<b>2.211.095,05</b>
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	192108	3190.92.01- Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	17.061,35
<b>Total</b>			<b>17.061,35</b>
Contribuições da União p/ o RPPS	168050	3191.92.13 - Obrigações Patronais	54.224,32
<b>Total</b>			<b>54.224,32</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>6.803.371,97</b>



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

### 2.1.1.3. Restos a Pagar Pagos – Pessoal

Dos valores inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores e destinados às despesas com pessoal, foram pagos em 2025 os seguintes montantes:

Programas de Trabalho	PTRES	Natureza da Despesa	Valor - R\$
Ativos Cíveis da União	168052	3190.07 - Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	3.995,19
		3190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	76.516.489,29
		3190.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.278.838,33
		3190.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	311.028,04
<b>Total</b>			<b>78.110.350,85</b>
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	168053	3190.01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	138.229,82
		3190.03 - Pensões	139.132,40
		3190.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	717.224,75
<b>Total</b>			<b>994.586,97</b>
Contribuições da União p/ o RPPS	168050	3191.13 - Obrigações Patronais - OP. Intra-Orçamentárias	6.457,98
<b>Total</b>			<b>6.457,98</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>79.111.395,80</b>

### 2.1.2. Das Despesas Correntes e de Capital

#### 2.1.2.1. Créditos Orçamentários para as Despesas Correntes e de Capital

Para as despesas Correntes e de Capital, o orçamento aprovado e inicialmente consignado na LOA 2025 totalizou R\$ 498.029.421,00, conforme segue demonstrado:

Orçamento para Outras Despesas Correntes e de Capital					
Programas de Trabalho		PTRES	Dotação Inicial – R\$		Total – R\$
			Correntes	Capital	
ACJT – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	168060	177.010.423,00	12.002.300,00	189.012.723,00
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	168062	2.857.748,00	2,00	2.857.750,00
	Capacitação de Recursos Humanos	168063	1.079.001,00	0,00	1.079.001,00
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	168064	341.252,00	0,00	341.252,00
	Segurança da Informação	214161	6.409.058,00	0,00	6.409.058,00



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Orçamento para Outras Despesas Correntes e de Capital					
Programas de Trabalho		PTRES	Dotação Inicial – R\$		Total – R\$
			Correntes	Capital	
	Capacitação de Servidores de Tecnologia da Informação e Segurança da Inf.	214162	405.626,00	0,00	405.626,00
	Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras	213487	5.994,00	0,00	5.994,00
	Projetos de Reformas - Resolução CSJT N. 70	228130	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00
	<b>Total - ACJT</b>		<b>215.109.102,00</b>	<b>12.002.302,00</b>	<b>227.111.404,00</b>
Benefícios Obrigatórios	Auxílio-Funeral e Natalidade	168058	1.418.041,00	0,00	1.418.041,00
	Assistência Pré-Escolar	214156	14.796.549,00	0,00	14.796.549,00
	Auxílio-Transporte	214158	1.297.388,00	0,00	1.297.388,00
	Auxílio-Alimentação	214160	100.269.766,00	0,00	100.269.766,00
	<b>Total - Benefícios Obrigatórios</b>		<b>117.781.744,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.781.744,00</b>
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		168051	24.001.000,00	0,00	24.001.000,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		168059	29.909,00	0,00	29.909,00
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública		168061	28.128,00	48.700,00	76.828,00
Assistência Médica e Odontológica		214157	129.028.536,00	0,00	129.028.536,00
<b>TOTAL</b>			<b>485.978.419,00</b>	<b>12.051.002,00</b>	<b>498.029.421,00</b>

Durante o exercício de 2025, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos orçamentários, houve solicitação e liberação de créditos adicionais - suplementares - para despesas correntes e de capital, mediante oferecimento de recursos compensatórios das Ações constantes do Orçamento deste Órgão, conforme abaixo discriminado:

Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos pelo TRT							
Recursos Oferecidos				Recursos Recebidos			
Data do Pedido	PTRES	Natureza da Despesa	Valor - R\$	Data do Crédito	PTRES	Natureza da Despesa	Valor - R\$
	228130	3390	-27.000.000,00		259210	3390	790.125,00
* 28/04/2025	168062	3390	-756.749,00	* 28/04/2025	259208	3390	15.190.450,00
	214161	3390	-1.216.700,00		168060	3390	12.992.874,00
27/05/2025	214161	3390	-1.000.000,00	27/06/2025	168060	4490	1.000.000,00
27/05/2025	168061	4490	-44.744,00	27/06/2025	168061	3390	44.744,00
27/05/2025	168060	3390	-19.207,00	27/06/2025	168061	3390	19.207,00
27/05/2025	168060	3390	-37,00	27/06/2025	168059	3390	37,00
21/08/2025	168060	3390	-5.600.000,00	17/09/2025	168060	4490	4.490.000,00
				17/09/2025	259210	4490	1.110.000,00



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

* 11/09/2025	168060	4490	-119.840,00	17/09/2025	259208	4490	24.153,00
* 11/09/2025	214161	3390	-348.000,00	17/09/2025	259210	4490	95.687,00
* 11/09/2025	168064	3390	-2.000,00	17/09/2025	168063	3390	350.000,00
* 19/11/2025	214160	3390	-280.000,00	19/11/2025	168058	3390	250.000,00
				19/11/2025	214156	3390	30.000,00
* 19/11/2025	214161	3390	-746.848,00	19/11/2025	259208	3390	886.335,00
* 19/11/2025	259210	3390	-232.870,00	19/11/2025	168060	3390	90.789,00
* 19/11/2025	168062	3390	-47.406,00	19/11/2025	168063	3390	95.000,00
* 19/11/2025	168064	3390	-45.000,00				
* 19/11/2025	259210	4490	-1.110.000,00	19/11/2025	168060	4490	1.110.000,00
* 12/12/2025	168060	3390	-1.073.698,00	15/12/2025	168063	3390	140.000,00
* 12/12/2025	168064	3390	-22.943,00	15/12/2025	259208	3390	1.000.000,00
* 12/12/2025	214161	3390	-34.540,00				
* 12/12/2025	214162	3390	-8.819,00				
* 12/12/2025	168060	4490	-133.000,00	15/12/2025	259208	4490	133.000,00
24/12/2025	214160	3390	-770.000,00				
24/12/2025	214158	3390	-60.000,00				
<b>TOTAL OFERECIDO</b>			<b>-40.672.401,00</b>	<b>TOTAL RECEBIDO</b>			<b>39.842.401,00</b>

\* Créditos referentes a alteração de Planos Orçamentários de mesma Ação.

Do total de créditos oferecidos (R\$ 40.672.401,00), destinaram-se ao atendimento das necessidades com custeio do Órgão o valor de R\$ 39.842.401,00, sendo para despesas correntes R\$ 31.879.561,00 e para despesas de capital R\$ 7.962.840,00.

Foram concedidos, também, créditos suplementares oriundos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme segue demonstrado abaixo:

Créditos Suplementares Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos				
Programas de Trabalho	Natureza da Despesa	Documento de Autorização dos Créditos Suplementares	Data de concessão	Valor – R\$
Auxílio-Alimentação PTRES 214160	3390	Ato CSJT.GP.SG.SEOFI nº 37/2025	27/06/2025	25.102.150,00
Assistência Pré-Escolar PTRES 214156	3390	Ato CSJT.GP.SG.SEOFI nº 37/2025	27/06/2025	251.100,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho PTRES 168060	3390	Portaria GM/MPO nº 388/2025	20/10/2025	3.750.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho PTRES 168060	4490	Portaria GM/MPO nº 388/2025	20/10/2025	10.912.215,00



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Créditos Suplementares Autorizados pelo CSJT sem Oferecimento de Recursos				
Programas de Trabalho	Natureza da Despesa	Documento de Autorização dos Créditos Suplementares	Data de concessão	Valor – R\$
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes <i>PTRES 168051</i>	3390	Portaria GM/MPO nº 388/2025	20/10/2025	15.000.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho <i>PTRES 168060</i>	3390	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 78/2025	19/11/2025	10.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho <i>PTRES 168060</i>	4490	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 78/2025	19/11/2025	4.000.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho <i>PTRES 168060</i>	3390	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 78/2025	19/11/2025	990.000,00
Assistência Médica e Odontológica <i>PTRES 214157</i>	3390	Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI nº 80/2025	19/11/2025	13.684.265,00
<b>TOTAL</b>				<b>73.699.730,00</b>

Destarte, considerando a dotação inicialmente aprovada na LOA 2025, os créditos oferecidos com recursos próprios para as despesas correntes e de capital e o total de créditos recebidos sem oferecimento de recursos, atinge-se o total orçamentário de R\$ 570.899.151,00 no exercício de 2025, detalhado no quadro abaixo:

Programas de Trabalho	PTRES	ND	Dotação Inicial (a)	Créditos Suplementares – R\$		Total – R\$ (d)=(a)+(b)-(c)
				Recebidos (b)	Oferecidos (c)	
ACJT – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	168060	3390	177.000.371,00	17.833.663,00	6.692.942,00	188.141.092,00
		3391	10.052,00	0,00	0,00	10.052,00
		4490	12.002.300,00	21.512.215,00	252.840,00	33.261.675,00
	168062	3390	2.857.748,00	0,00	804.155,00	2.053.593,00
		4490	2,00	0,00	0,00	2,00
	168063	3390	1.062.787,90	585.000,00	0,00	1.647.787,90
		3391	16.213,10	0,00	0,00	16.213,10
	168064	3390	331.252,00	0,00	69.943,00	261.309,00
		3391	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	214161	3390	6.409.058,00	0,00	3.346.088,00	3.062.970,00
	214162	3390	405.626,00	0,00	8.819,00	396.807,00
	213487	3390	4.995,00	0,00	0,00	4.995,00
		3391	999,00	0,00	0,00	999,00
	228130	3390	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	0,00
	259208	3390	0,00	17.076.785,00	0,00	17.076.785,00
4490		0,00	157.153,00	0,00	157.153,00	



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programas de Trabalho		PTRES	ND	Dotação Inicial (a)	Créditos Suplementares – R\$		Total – R\$ (d)=(a)+(b)-(c)
					Recebidos (b)	Oferecidos (c)	
	Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte	259210	3390	0,00	790.125,00	232.870,00	557.255,00
			4490	0,00	1.205.687,00	1.110.000,00	95.687,00
	<b>Total - ACJT</b>			<b>227.111.404,00</b>	<b>59.160.628,00</b>	<b>39.517.657,00</b>	<b>246.754.375,00</b>
Benefícios Obrigatórios	Auxílio-Funeral e Natalidade	168058	3390	1.418.041,00	250.000,00	0,00	1.668.041,00
	Assistência Pré-Escolar	214156	3390	14.796.549,00	281.100,00	0,00	15.077.649,00
	Auxílio-Transporte	214158	3390	1.297.388,00	0,00	60.000,00	1.237.388,00
	Auxílio-Alimentação	214160	3390	100.269.766,00	25.102.150,00	1.050.000,00	124.321.916,00
	<b>Total - Benefícios Obrigatórios</b>			<b>117.781.744,00</b>	<b>25.633.250,00</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>142.304.994,00</b>
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	168051	3390	17.500.834,00	15.000.000,00	0,00	32.500.834,00	
		3391	6.500.166,00	0,00	0,00	6.500.166,00	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	168059	3390	29.909,00	37,00	0,00	29.946,00	
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	168061	3390	28.128,00	63.951,00	0,00	92.079,00	
		4490	48.700,00	0,00	44.744,00	3.956,00	
Assistência Médica e Odontológica	214157	3390	129.028.536,00	13.684.265,00	0,00	142.712.801,00	
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>498.029.421,00</b>	<b>113.542.131,00</b>	<b>40.672.401,00</b>	<b>570.899.151,00</b>

### 2.1.2.2. Da Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital

A dotação orçamentária para 2025 destinada às despesas correntes e de capital foi utilizada com despesas contratuais de caráter contínuo (aluguéis, contratação de mão de obra para serviços de limpeza, vigilância e segurança, manutenção predial, informática, manutenção de veículos e de equipamentos diversos etc), novos contratos adstritos ao exercício financeiro, bem como outras despesas continuadas referentes a serviços públicos (água, energia elétrica, telefonia e afins) e novas aquisições de bens (consumo e capital) e serviços, necessárias ao bom funcionamento jurisdicional e administrativo do Órgão.

Do total orçamentário final, para as despesas correntes e de capital, foram empenhados R\$ 569.135.491,32, tendo sido efetivamente liquidados R\$ 543.905.612,86, inscrito em Restos a Pagar Não Processados o total de R\$ 25.229.878,46 e restado sem utilização, conforme detalhado na conta Crédito Disponível, o total de R\$ 1.763.659,68.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programas de Trabalho	PTRES	ND	Dotação Autorizada – RS (a)	Execução Orçamentária – RS					Dotação Não Utilizada – RS (g) = (a – b)	
				Despesa Empenhada (b)	Despesa Liquidada (c)	Despesa Inscrita em RPNP (d) = (b – c)	Despesa Paga (e)	Despesa Inscrita em RPP (f) = (c – e)		
ACIT – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	168060	3390	188.141.092,00	186.893.002,76	180.476.840,36	6.416.162,40	170.561.540,50	9.915.299,86	1.248.089,24
		3391		10.052,00	10.052,00	10.052,00	0,00	270,00	9.782,00	0,00
		4490		33.261.675,00	33.260.952,47	16.803.298,48	16.457.653,99	14.202.768,62	2.600.529,86	722,53
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	168062	3390	2.053.593,00	2.022.005,25	1.930.833,60	91.171,65	1.901.029,53	29.804,07	31.587,75
		4490		2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
	Capacitação de Recursos Humanos	168063	3390	1.647.787,90	1.563.293,05	1.521.634,73	41.658,32	1.520.038,19	1.596,54	84.494,85
		3391		16.213,10	16.104,01	16.104,01	0,00	13.584,58	2.519,43	109,09
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	168064	3390	261.309,00	254.957,45	254.957,45	0,00	254.812,25	145,20	6.351,55
		3391		10.000,00	9.820,69	9.820,69	0,00	8.849,32	971,37	179,31
	Segurança da Informação	214161	3390	3.062.970,00	3.062.968,42	3.062.968,42	0,00	2.875.854,01	187.114,41	1,58
	Capacitação de Servidores de Tecnologia da Informação	214162	3390	396.807,00	396.806,94	326.216,04	70.590,90	310.521,14	15.694,90	0,06
	Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras	213487	3390	4.995,00	1.612,86	1.612,86	0,00	1.612,86	0,00	3.382,14
3391			999,00	322,57	322,57	0,00	322,57	0,00	676,43	
Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte	259208	3390	17.076.785,00	16.936.188,04	15.160.733,29	1.775.454,75	14.928.370,02	232.363,27	140.596,96	
	4490		157.153,00	156.607,23	24.152,50	132.454,73	24.152,50	0,00	545,77	
Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte	259210	3390	557.255,00	554.448,02	554.448,02	0,00	554.448,02	0,00	2.806,98	
	4490		95.687,00	50.346,50	50.346,50	0,00	50.346,50	0,00	45.340,50	
<b>Total - ACJT</b>			<b>246.754.375,00</b>	<b>245.189.488,26</b>	<b>220.204.341,52</b>	<b>24.985.146,74</b>	<b>207.208.520,61</b>	<b>12.995.820,91</b>	<b>1.564.886,74</b>	
Benefícios Obrigatórios	Auxílio-Funeral e Natalidade	168058	3390	1.668.041,00	1.550.243,74	1.472.650,37	77.593,37	1.472.650,37	0,00	117.797,26
	Assistência Pré-Escolar	214156	3390	15.077.649,00	15.052.984,83	15.037.984,83	15.000,00	15.037.984,83	0,00	24.664,17
	Auxílio-Transporte	214158	3390	1.237.388,00	1.221.124,30	1.171.124,30	50.000,00	1.171.124,30	0,00	16.263,70
	Auxílio-Alimentação	214160	3390	124.321.916,00	124.287.436,00	124.261.065,08	26.370,92	124.261.065,08	0,00	34.480,00
	<b>Total - Benefícios Obrigatórios</b>			<b>142.304.994,00</b>	<b>142.111.788,87</b>	<b>141.942.824,58</b>	<b>168.964,29</b>	<b>141.942.824,58</b>	<b>0,00</b>	<b>193.205,13</b>
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	168051	3390	32.500.834,00	32.500.720,09	32.500.720,09	0,00	32.261.712,22	239.007,87	113,91	
	3391		6.500.166,00	6.500.166,00	6.500.143,93	22,07	5.715.279,72	784.864,21	0,00	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	168059	3390	29.946,00	29.945,05	29.945,05	0,00	29.945,05	0,00	0,95	
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	168061	3390	92.079,00	91.924,31	60.442,60	31.481,71	60.300,99	141,61	154,69	
	4490		3.956,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.956,00	
Assistência Médica e Odontológica	214157	3390	142.712.801,00	142.711.458,74	142.667.195,09	44.263,65	140.137.979,27	2.529.215,82	1.342,26	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>570.899.151,00</b>	<b>569.135.491,32</b>	<b>543.905.612,86</b>	<b>25.229.878,46</b>	<b>527.356.562,44</b>	<b>16.549.050,42</b>	<b>1.763.659,68</b>	

Dentre os valores do quadro acima, além dos gastos normais referentes às despesas correntes e de capital, foram ainda executadas despesas na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”, cujos montantes seguem informados:

Programas de Trabalho	PTRES	Natureza da Despesa	Valor – RS
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	168051	3390.92.36 - Outros Serviços de Terceiros - PF	1.236.640,27
<b>Total</b>			<b>1.236.640,27</b>
Benefícios Obrigatórios – Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	168058	3390.92.08 - Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	24.535,27



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programas de Trabalho		PTRES	Natureza da Despesa	Valor – R\$
<b>Total</b>				<b>24.535,27</b>
ACJT - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	168060	3390.92.14 - Diárias - Civil	2.576,69
			3390.92.39 - Outros Serviços De Terceiros - PJ	6.721,38
			3390.92.93 - Indenizações e Restituições	5.942,29
	<b>Subtotal 1</b>			<b>15.240,36</b>
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Inf.	168062	3390.92.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	195,50
<b>Subtotal 2</b>			<b>195,50</b>	
<b>Total ACJT (Subtotal 1 + 2)</b>				<b>19.021,76</b>
Assistência Médica e Odontológica		214157	3390.92.93 - Indenizações e Restituições	54.480,52
<b>Total</b>				<b>54.480,52</b>
Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte		259208	3390.92.37 - Locação De Mão-de-obra	3.585,90
<b>Total</b>				<b>3.585,90</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>1.334.677,82</b>

### 2.1.2.3. Restos a Pagar Pagos – Correntes e Capital

Dos valores inscritos em Restos a Pagar em exercícios anteriores e destinados às despesas correntes e de capital, foram pagos em 2025 os seguintes montantes:

Programas de Trabalho		PTRES	Natureza da Despesa	Valor – R\$
Benefícios Obrigatórios	Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	168058	3390.08 - Outros Benef. Assist. do Servidor	2.983,82
	Assistência Pré-Escolar	214156	3390.08 - Outros Benef. Assist. do Servidor	5.274,52
	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis	214158	3390.49 - Auxílio-Transporte	9.240,69
	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis	214160	3390.46 - Auxílio-Alimentação	324,01
<b>Total</b>				<b>17.823,04</b>
Assistência Médica e Odontológica		214157	3390.08 - Outros Benef. Assist. do Servidor	901,64
			3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	44.829,87
<b>Total</b>				<b>45.731,51</b>
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública		168061	3390.30 - Material de Consumo	249,00
			3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	466,67
<b>Total</b>				<b>715,67</b>
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	168062	3390.30 - Material de Consumo	8.160,00
			3390.40 – Servs. Tec. da Inf. e Comunicação - PJ	550.354,96
			4490.52 - Equipamentos e Mat. Permanente	274.500,00
<b>Subtotal 1</b>			<b>833.014,96</b>	



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programas de Trabalho		PTRES	Natureza da Despesa	Valor – R\$	
	Capacitação de Recursos Humanos	168063	3390.36 - Outros Serviços de Terceiros - PF	7.039,60	
			3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	83.903,37	
			3390.93 - Indenizações e Restituições	1.810,00	
	<b>Subtotal 2</b>				<b>92.752,97</b>
	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	168060	3390.30 - Material de Consumo	160.415,28	
			3390.33 - Passagens e Desp. com Locomoção	16.836,57	
			3390.35 - Serviços de Consultoria	30.000,00	
			3390.37 - Locação de Mão-de-obra	100.611,42	
			3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.409.306,16	
			3390.40 - Servs. Tec. da Inf. e Comunicação - PJ	1.558.241,97	
			3390.47 – Obrig. Tributárias e Contributivas	13.688,17	
			3390.93 - Indenizações e Restituições	31.488,86	
	4490.40 - Servs. Tec. da Inf. e Comunicação - PJ	193.414,96			
	4490.52 - Equipamentos e Mat. Permanente	6.470.411,66			
	<b>Subtotal 3</b>				<b>10.984.415,05</b>
Capacitação de Servidores de Tecnologia da Inf. e Seg. da Informação	214162	3390.40 - Servs. Tec. da Inf. e Comunicação - PJ	44.334,38		
<b>Subtotal 4</b>				<b>44.334,38</b>	
Projetos e Reformas – Resolução CSJT nº 070	228130	3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.973.043,76		
		4490.52 - Equipamentos e Mat. Permanente	15.946,94		
<b>Subtotal 5</b>				<b>1.988.990,70</b>	
<b>Total ACJT (Subtotal 1 + 2 +3 +4 +5)</b>				<b>13.943.508,06</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>14.007.778,28</b>	

## 2.2. Das Despesas Realizadas com Descentralizações: Provisões e Destaques

### 2.2.1. Do Orçamento Descentralizado

Em 2025, os créditos orçamentários concedidos a este Tribunal mediante Provisões totalizaram R\$ 100.278.463,75. As descentralizações desses créditos orçamentários a este Tribunal foram efetuadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Já as descentralizações por Destaques totalizaram R\$ 66.652.680,29, e foram efetuadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Fazenda.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

As movimentações dos créditos orçamentários descentralizados a este Tribunal, mediante Provisão e Destaque estão a seguir discriminadas.

Origem dos Recursos		Destinação dos Recursos			
Órgão	UG	Programa de Trabalho	PTRES	ND	Valor – R\$
Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil da Justiça do Trabalho	080017	Requisições de Pequeno Valor	090162	3190	100.043.066,40
				3390	137.558,17
Tribunal Superior do Trabalho	080001	Trabalho Seguro	167924	3390	23.286,98
		Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	167925	3390	19.981,00
		Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	203929	3390	16.080,00
		Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	248330	3390	20.000,00
		Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	248331	3390	18.491,20
<b>Total - Provisões</b>					<b>100.278.463,75</b>
Conselho Nacional de Justiça	040003	Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito	167509	3390	1.191,64
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	253002	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	178967	3190	246.914,00
Tribunal Superior Eleitoral	070001	Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral	249340	3390	416,65
Setorial Orçamentária e Financeira – Ministério da Fazenda	170013	Precatórios	249990	3190	64.283.153,00
				3390	2.121.005,00
<b>Total - Destaques</b>					<b>66.652.680,29</b>
<b>TOTAL GERAL - Orçamento Descentralizado (Provisões + Destaques)</b>					<b>166.931.144,04</b>

## 2.2.2. Da Execução Orçamentária das Despesas com Descentralizações: Provisões e Destaques

Considerando as movimentações orçamentárias anteriormente expostas, segue quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas realizadas com as descentralizações (Provisões e Destaques) ocorridas durante o exercício:



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Programas de Trabalho	PTRES	ND	Dotação Descentralizada – RS (a)	Execução Orçamentária – RS					Saldo Orçamentário – RS (g) = (a - b)
				Despesa Empenhada (b)	Despesa Liquidada (c)	Inscrição em RPNP (d) = (b - c)	Despesa Paga (e)	Inscrição de RPP (f) = (c - e)	
Requisições de Pequeno Valor	090162	3190	100.043.066,40	99.954.798,14	99.954.798,14	0,00	99.954.798,14	0,00	88.268,26
		3390	137.558,17	102.996,00	102.996,00	0,00	102.996,00	0,00	34.562,17
Trabalho Seguro	167924	3390	23.286,98	23.286,98	0,00	23.286,98	0,00	0,00	
Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	167925	3390	19.981,00	19.981,00	19.981,00	0,00	19.981,00	0,00	0,00
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	203929	3390	16.080,00	16.080,00	16.080,00	0,00	16.080,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	248330	3390	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	19.102,69	897,31	0,00
Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	248331	3390	18.491,20	18.491,20	18.491,20	0,00	18.491,20	0,00	0,00
<b>TOTAL – Provisões</b>			<b>100.278.463,75</b>	<b>100.155.633,32</b>	<b>100.132.346,34</b>	<b>23.286,98</b>	<b>100.131.449,03</b>	<b>897,31</b>	<b>122.830,43</b>
Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito	167509	3390	1.191,64	1.191,64	1.191,64	0,00	1.191,64	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	178967	3190	246.914,00	246.913,52	246.913,52	0,00	246.913,52	0,00	0,48
Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral	249340	3390	416,65	416,65	416,65	0,00	416,65	0,00	0,00
Precatórios	249990	3190	64.283.153,00	64.283.152,75	64.283.152,75	0,00	64.283.152,75	0,00	0,25
		3390	2.121.005,00	2.121.004,13	2.121.004,13	0,00	2.121.004,13	0,00	0,87
<b>TOTAL – Destaque</b>			<b>66.652.680,29</b>	<b>66.652.678,69</b>	<b>66.652.678,69</b>	<b>0,00</b>	<b>66.652.678,69</b>	<b>0,00</b>	<b>1,60</b>
<b>TOTAL GERAL = Provisões + Destaques</b>			<b>166.931.144,04</b>	<b>166.808.312,01</b>	<b>166.785.025,03</b>	<b>23.286,98</b>	<b>166.784.127,72</b>	<b>897,31</b>	<b>122.832,03</b>

#### IV. DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

As metas físicas definidas pelas diversas unidades do Tribunal dependem de recursos orçamentários e financeiros para serem efetivadas, consoante a sua previsão da Proposta Orçamentária do Órgão e, por conseguinte, da Lei Orçamentária Anual, sendo que as metas previstas e as atingidas são inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP, de acordo com a execução orçamentária e financeira efetivada no decorrer do exercício.

Importante aspecto da gestão orçamentária e financeira é a necessidade de conciliar o alcance das metas físicas, que implicam na realização de gastos, com os limites de pagamentos do exercício. Em 2025 estes limites foram estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho ao editar o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 71/2025.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

O Quadro abaixo demonstra as metas e os resultados alcançados por meio das Ações<sup>6</sup> efetivadas pelos Programas<sup>7</sup> "Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário", "Operações Especiais: Sentenças Judiciais" e "Operações Especiais: Outros Encargos Especiais", destacando o volume de recursos disponibilizados a este Tribunal, inclusive descentralizações (Provisões e Destaques), e as metas físicas previstas e realizadas, conforme registros na Lei Orçamentária Anual e no SIOP:

TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		Execução das Metas - %		
	Financeira <sup>1</sup> - R\$	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup> - R\$	Física <sup>4</sup>	Financeira	Física	
<b>PROGRAMA 0033 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>							
<b>Atividades</b>							
Ativos Cíveis da União	2.156.047.670,00	-	2.154.502.037,73	-	99,93%	-	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	29.946,00	1	29.945,05	1	100,00%	100,00%	
ACJT – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	221.412.819,00	711.743	220.164.007,23	729.016	99,44%	102,43%
	Capacitação de Recursos Humanos	1.664.001,00	10.611	1.579.397,06	18.049	94,92%	170,10%
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	271.309,00	2.500	264.778,14	4.094	97,59%	163,76%
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	2.053.595,00	241	2.022.005,25	242	98,46%	100,41%
	Segurança da Informação	3.062.970,00	6	3.062.968,42	5	100,00%	83,33%
	Capacitação de Servidores de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação	396.807,00	5	396.806,94	7	100,00%	140,00%
	Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras	5.994,00	4	1.935,43	3	32,29%	75,00%
	Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte	17.233.938,00	30	17.092.795,27	30	99,18%	100,00%
	Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte	652.942,00	2	604.794,52	1	92,63%	50,00%
Benefícios Obrigatórios	Assistência Pré-Escolar	15.077.649,00	1.058	15.052.984,83	1.103	99,84%	104,25%
	Auxílio-Transporte	1.237.388,00	344	1.221.124,30	309	98,69%	89,83%
	Auxílio-Alimentação	124.321.916,00	6.046	124.287.436,00	5.964	99,97%	98,64%
	Auxílio-Funeral e Natalidade	1.668.041,00	-	1.550.243,74	-	92,94%	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	142.712.801,00	20.902	142.711.458,74	20.894	100,00%	99,96%	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	39.001.000,00	28.068	39.000.886,09	38.786	100,00%	138,19%	
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	96.035,00	900	91.924,31	1.102	95,72%	122,44%	
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	16.080,00	-	16.080,00	-	100,00%	-	
Trabalho Seguro	23.286,98	-	23.286,98	-	100,00%	-	
Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	19.981,00	-	19.981,00	-	100,00%	-	

<sup>6</sup> As Ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características podem ser classificadas como Atividades, Projetos ou Operações Especiais.

<sup>7</sup> Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO		Execução das Metas - %	
	Financeira <sup>1</sup> - R\$	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup> - R\$	Física <sup>4</sup>	Financeira	Física
Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	20.000,00	-	20.000,00	-	100,00%	-
Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	18.491,20	-	18.491,20	-	100,00%	-
Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito	1.191,64	-	1.191,64	-	100,00%	-
Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral	416,65	-	416,65	-	100,00%	-
<b>Subtotal – Atividades</b>	<b>2.727.046.268,47</b>	<b>-</b>	<b>2.723.736.976,52</b>	<b>-</b>	<b>99,88%</b>	<b>-</b>
<b>Operações Especiais</b>						
Aposentadorias e Pensões Civis da União	889.858.225,00	-	882.674.388,94	-	99,19%	-
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	350.260.885,00	-	344.799.431,94	-	98,44%	-
<b>Subtotal – Operações Especiais</b>	<b>1.240.119.110,00</b>	<b>-</b>	<b>1.227.473.820,88</b>	<b>-</b>	<b>98,98%</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL 1 – Programa 0033</b>	<b>3.967.165.378,47</b>	<b>-</b>	<b>3.951.210.797,40</b>	<b>-</b>	<b>99,60%</b>	<b>-</b>
<b>PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>						
<b>Operações Especiais</b>						
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	66.404.158,00	-	66.404.156,88	-	100,00%	-
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Despesas Diversas	246.914,00	-	246.913,52	-	100,00%	-
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	100.180.624,57	-	100.057.794,14	-	99,88%	-
<b>TOTAL 2 – Programa 0901</b>	<b>166.831.696,57</b>	<b>-</b>	<b>166.708.864,54</b>	<b>-</b>	<b>99,93%</b>	<b>-</b>
<b>PROGRAMA 0909 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>						
<b>Operações Especiais</b>						
Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	2.545.882,00	-	2.545.882,00	-	100,00%	-
<b>TOTAL 3 – Programa 0909</b>	<b>2.545.882,00</b>	<b>-</b>	<b>2.545.882,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL (Programas 0033+0901+0909)</b>	<b>4.136.542.957,04</b>	<b>-</b>	<b>4.120.465.543,94</b>	<b>-</b>	<b>99,61%</b>	<b>-</b>
<b>Fonte: SIAFI</b>						
<b>Notas:</b>						
1) <sup>1</sup> Dotação Autorizada, <sup>2</sup> Metas Físicas previstas na LOA, <sup>3</sup> Despesa Executada, <sup>4</sup> Execução das Metas Físicas previstas.						
2) Os dados referentes à "PROGRAMAÇÃO" correspondem aos valores publicados na LOA 2025 – Lei nº 15.121/2025, créditos adicionais e descentralizações de créditos (Provisões e Destaques).						
3) Os dados referentes à "EXECUÇÃO" correspondem aos valores das Despesas Empenhadas.						
4) Os valores das metas financeiras estão expressos em "Reais"; as quantidades das metas físicas correspondem a unidades.						

A realização dessas metas (físicas e financeiras) segue demonstrada.

## 1. Desempenho das Metas Físicas e Financeiras

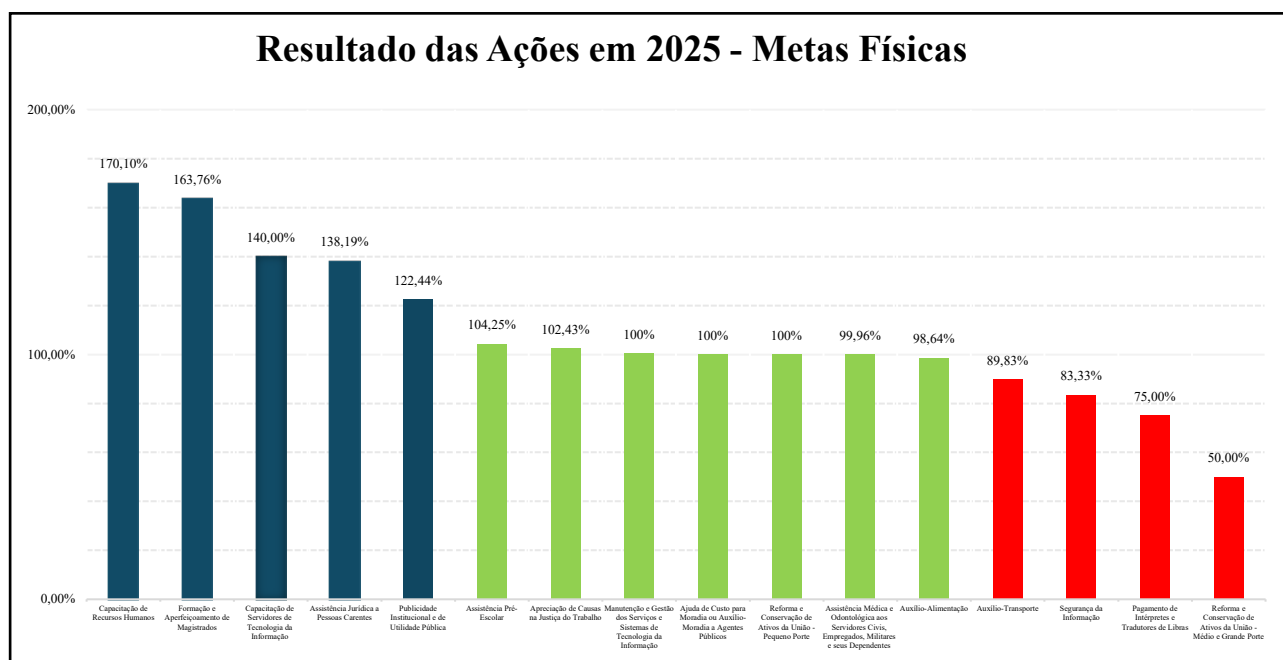
Segue a representação gráfica dos resultados auferidos no desempenho das Ações, referentes às metas físicas e financeiras planejadas.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Pode-se considerar como satisfatória e consistente com a programação inicial uma execução entre 95% e 105%. Resultados abaixo de 95% são considerados como um desempenho desfavorável, enquanto resultados acima de 105% podem ser considerados como desempenho favorável.

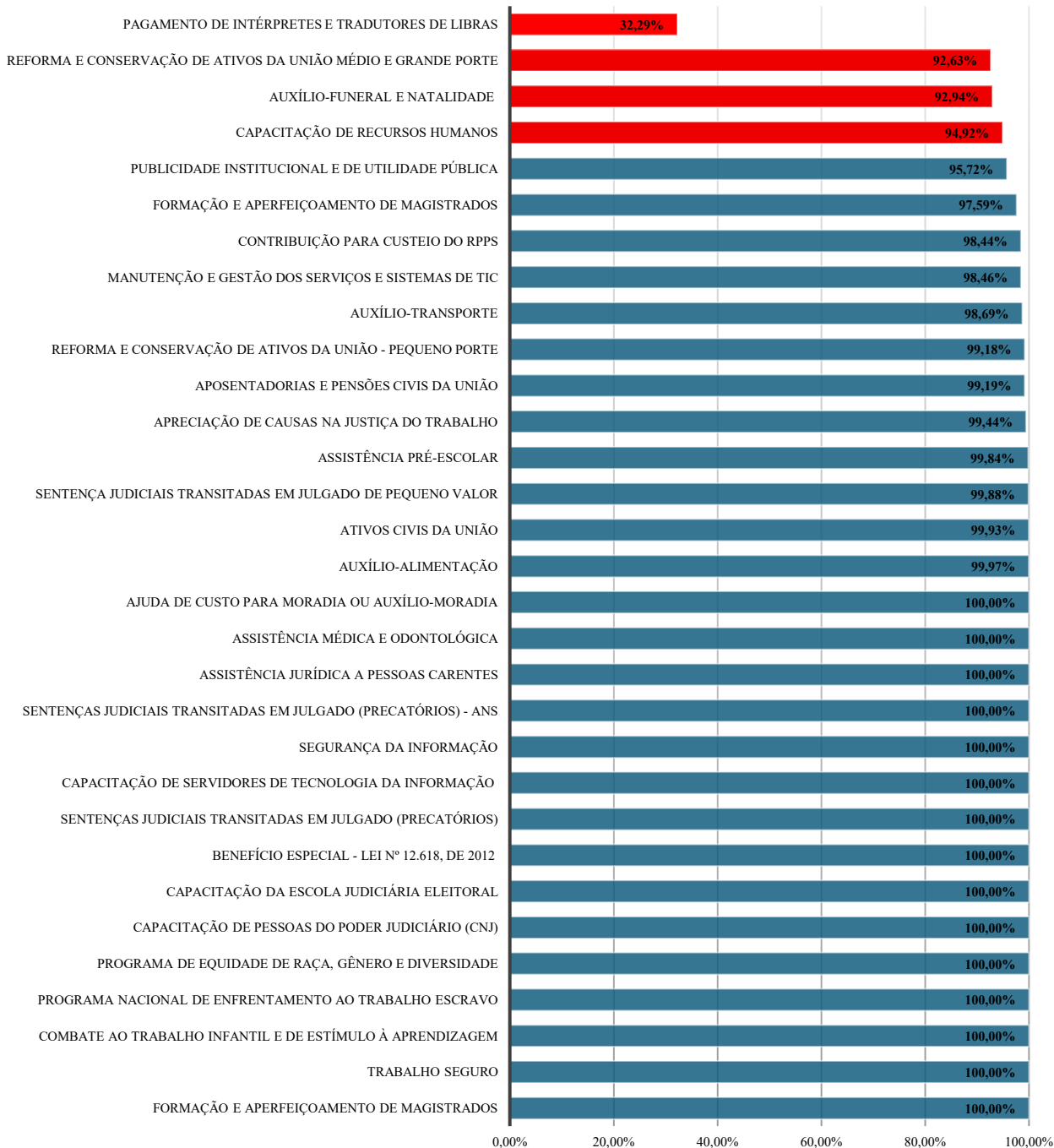
Outrossim, faz-se necessário considerar de forma conjunta os resultados físicos e financeiros para a análise de cada Ação.





Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

### Resultado das Ações em 2025 - Metas Financeiras



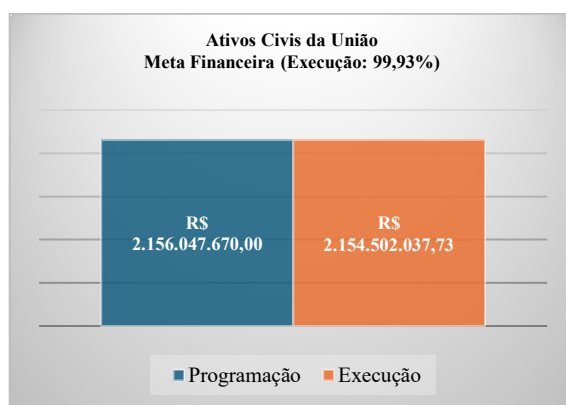


Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue abaixo um breve resumo das Ações Orçamentárias em que estão inseridas as metas físicas e financeiras obtidas ao longo do exercício:

### 1.1. Ativos Cíveis da União

A Ação *Ativos Cíveis da União* apresenta as despesas com pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores, magistrados e comissionados ativos do Órgão. Não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

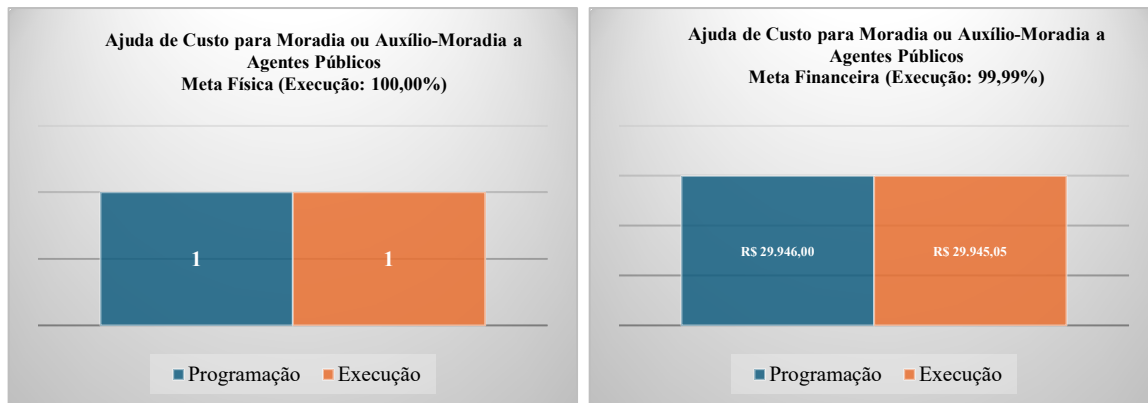


### 1.2. Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

A Meta Física para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a concessão de auxílio-moradia.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.3. Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

A Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* é uma Atividade consubstanciada pelas despesas concernentes à manutenção dos serviços administrativos do Órgão, necessários ao bom desempenho de suas atividades, visando atingir o objetivo finalístico da Instituição.

Em 2025 a Atividade *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* foi segregada em nove Planos Orçamentários (PO), os quais são identificados no Sistema SIAFI através dos Programas de Trabalho Resumidos (PTRES), da seguinte forma:

- *PO 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas (PTRES 168060);*
- *PO 0001 - Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação (PTRES 168062);*
- *PO 0002 - Capacitação de Recursos Humanos (PTRES 168063);*
- *PO 0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PTRES 168064);*
- *PO 0008 - Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras (PTRES 213487);*
- *PO SEG0 - Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário (PTRES 214161);*



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

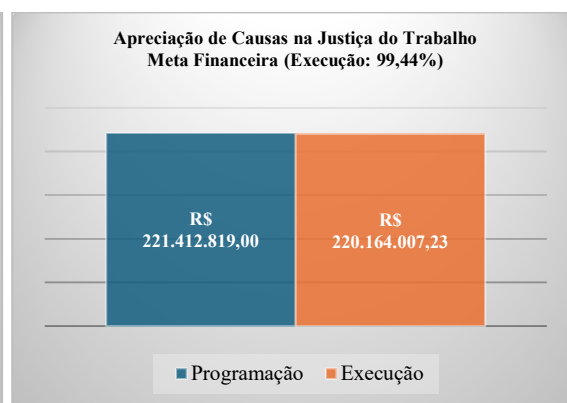
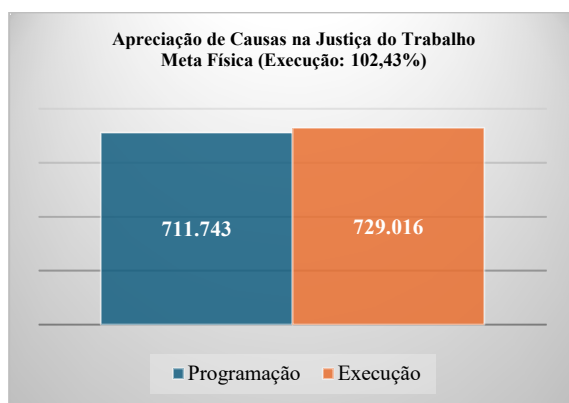
- *PO TISI - Capacitação de Servidores Efetivos e Comissionados das Unidades de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação (PTRES 214162);*
- *PO RCAU - Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte (PTRES 259208) e*
- *PO RS70 - Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte (PTRES 259210).*

Seguem abaixo as finalidades dos Planos Orçamentários citados acima:

- *PO 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas (PTRES 168060)*

Plano Orçamentário (PO) referente às despesas com diárias e passagens aéreas, ajuda de custo, serviços postais, serviços de utilidade pública (luz, água, telefone e afins), serviços de informática, serviços de vigilância e segurança, serviços de limpeza, aquisição de materiais de expediente, aquisição e manutenção de bens móveis, manutenção predial, manutenção de veículos e de equipamentos diversos, locação de imóveis, investimentos estruturais, que objetivam prover o Órgão de meios administrativos para implementação e gestão das atividades voltadas ao seu objetivo finalístico.

A Meta Física prevista para o desenvolvimento dessa Atividade corresponde ao número de “processos julgados”.





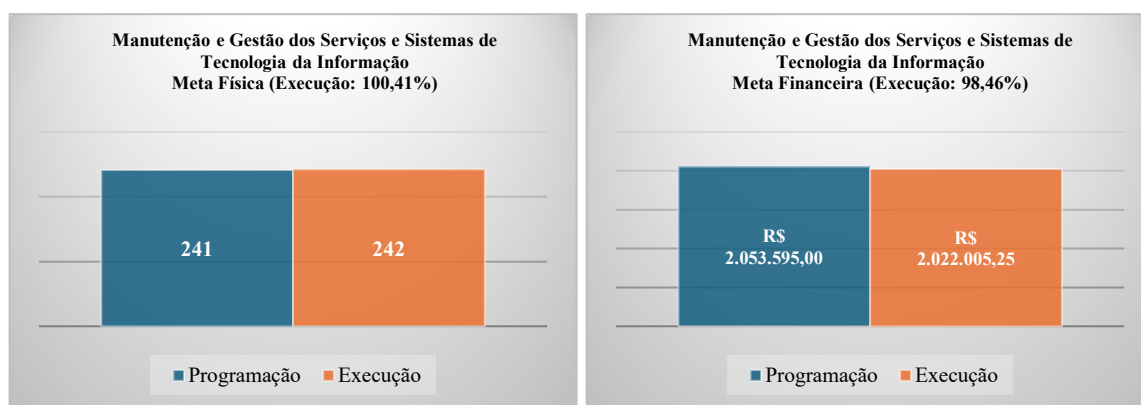
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

- *PO 0001 - Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação (PTRES 168062)*

Plano Orçamentário referente às despesas com a informatização do Órgão (aquisição de equipamentos de informática, de software e respectivas manutenções e atualizações etc), objetivando a manutenção e o desenvolvimento dos Sistemas inerentes à área de tecnologia da informação e comunicação.

Os recursos desse Plano atendem parcialmente à realização das despesas de informática, sendo a maioria suportada pelo *PO 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*.

A Meta Física prevista para o desenvolvimento dessa Atividade corresponde à quantidade de Sistemas mantidos, voltados à melhoria dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal, visando ao bom atendimento dos jurisdicionados.



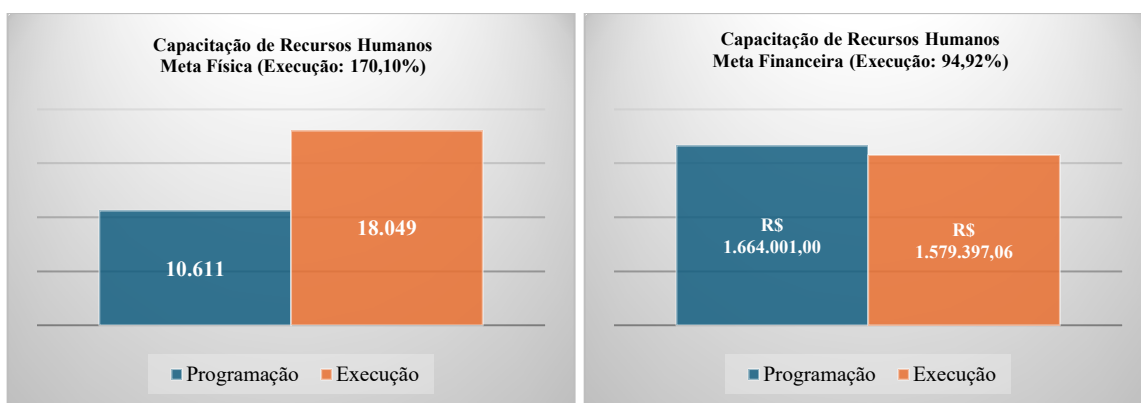
- *PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos (PTRES 168063)*

As atividades desenvolvidas com recursos desse Plano Orçamentário visam à qualificação e aperfeiçoamento de servidores, objetivando a produtividade e eficácia da atuação profissional junto à sociedade.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

A Meta Física prevista para o desenvolvimento de atividades de capacitação de recursos humanos corresponde à quantidade estimada de servidores participantes de cursos, palestras e outros eventos voltados à melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal.



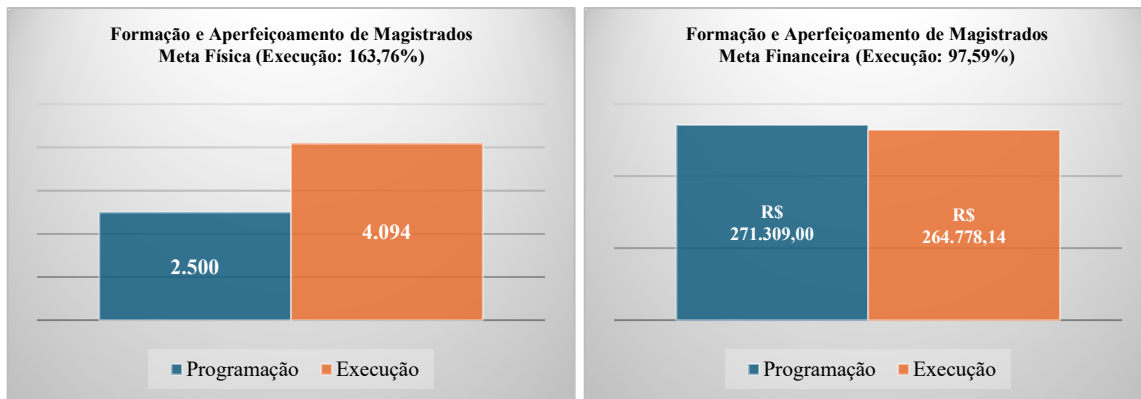
• *PO 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PTRES 168064)*

O Plano Orçamentário “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” envolve ações desenvolvidas pela Escola Judicial deste Tribunal (EJUD-2) voltadas à melhoria da prestação jurisdicional, promovendo cursos de formação inicial para magistrados, palestras e outros eventos, inclusive com o pagamento de diárias e passagens aéreas, quando pertinentes.

A Meta Física prevista corresponde à quantidade estimada de magistrados capacitados por meio desse Plano Orçamentário.

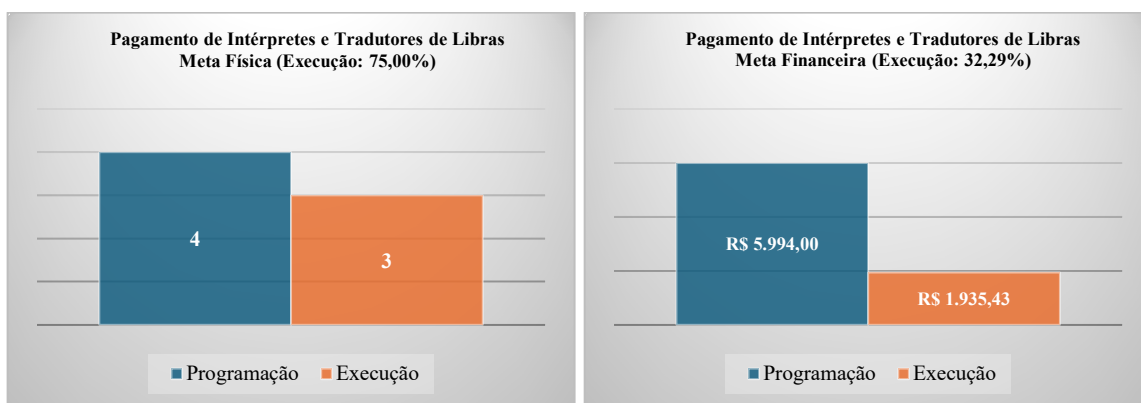


Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



• *PO 0008 – Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras (PTRES 213487)*

A Meta Física para este Plano Orçamentário destina-se aos pagamentos de intérpretes e tradutores de Libras, em cumprimento ao § 3º do Art. 24 da Resolução CSJT n.º 247, de 25 de outubro de 2019.



• *PO SEG0 – Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário (PTRES 214161)*

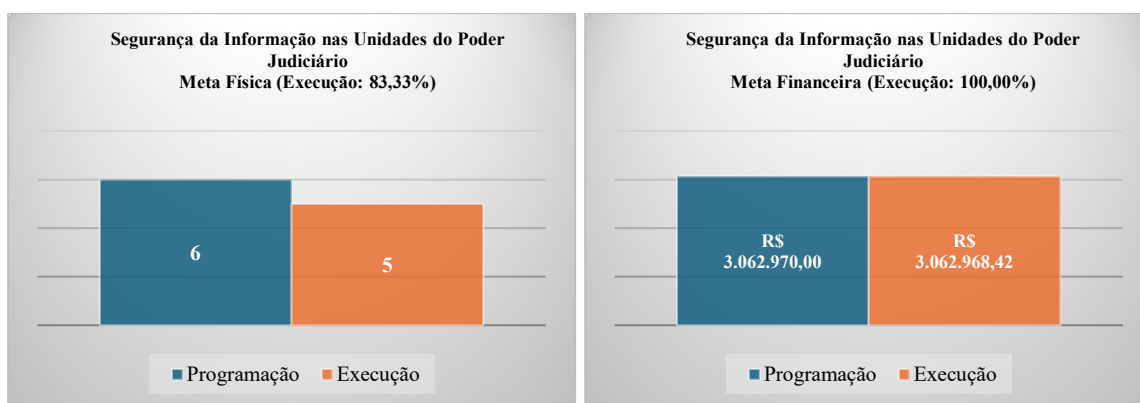
O Plano Orçamentário SEG0 tem como meta desenvolver ações relacionadas à



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

segurança da informação nas unidades do Poder Judiciário, visando assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e de informações.

A Meta Física deste Plano Orçamentário corresponde à quantidade de ações desenvolvidas pelo Tribunal.



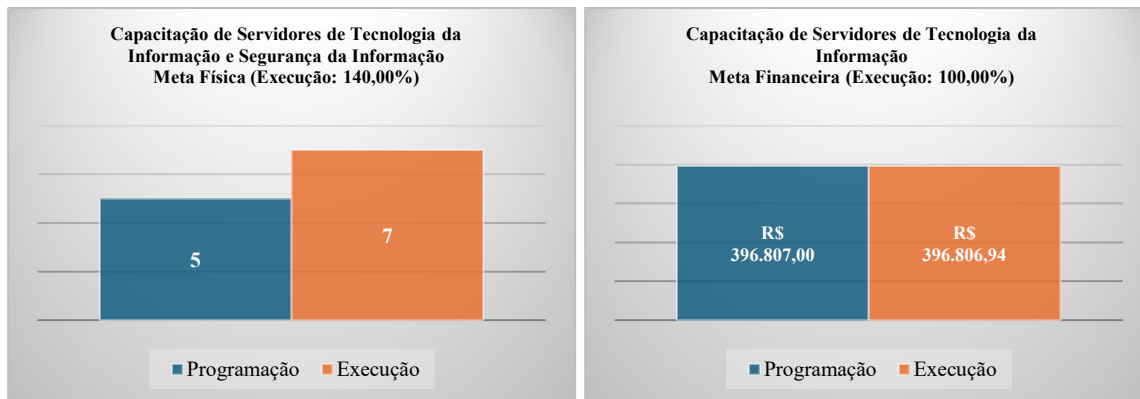
- *PO TISI – Capacitação de Servidores Efetivos e Comissionados das Unidades de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação do Poder Judiciário (PTRES 214162)*

Este Plano Orçamentário tem o objetivo de desenvolver as ações de capacitação para manter o nivelamento dos servidores efetivos e comissionados das unidades de tecnologia da informação e segurança da informação, conforme os padrões mínimos divulgados pelo CNJ.

A Meta Física deste Plano Orçamentário corresponde à quantidade de ações desenvolvidas de capacitação pelo Tribunal.



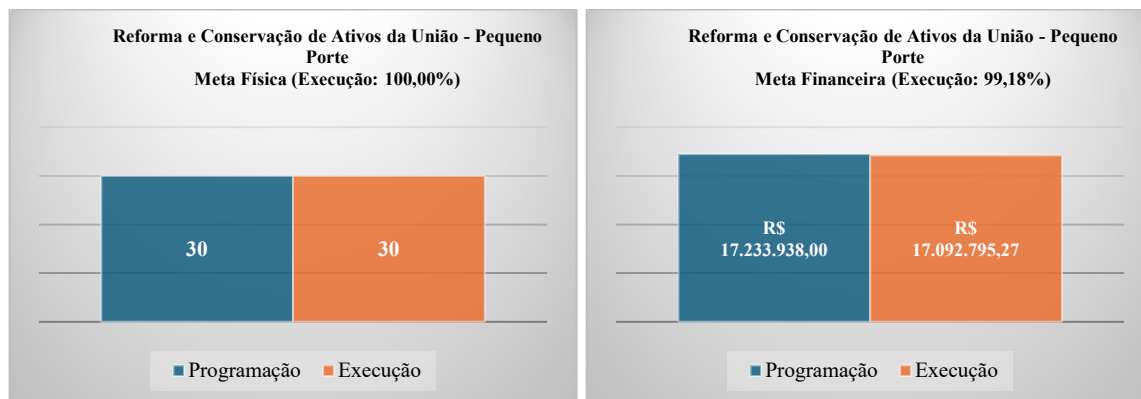
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



• *PO RCAU – Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte (PTRES 259208)*

O Plano Orçamentário RCAU refere-se a projetos de reformas, cujo valor não supere o limite do Grupo 1 (Art. 6º da Resolução CSJT nº 70/2010), que não representem aumento de área, incorporação de equipamentos, modernização de sistemas, de acordo com o § 5º do Art. 7º da Resolução CSJT nº 70/2010, bem como atividades dos Planos de Manutenção Predial dos imóveis próprios (Inciso VI do Art. 11 da Resolução CSJT nº 365/2023).

A Meta Física para este Plano Orçamentário corresponde a quantidade de Projetos concluídos.

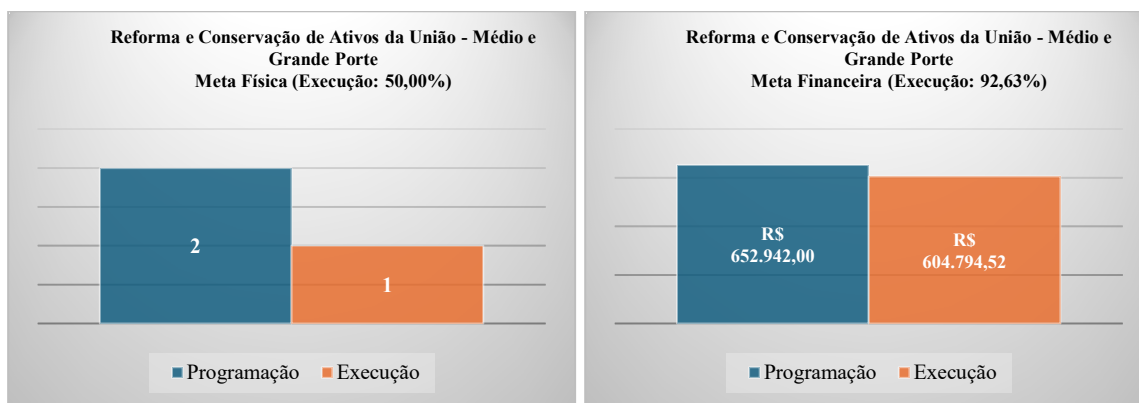




• *PO RS70 – Reforma e Conservação de Ativos da União – Médio e Grande Porte (PTRES 259210)*

O Plano Orçamentário RS70 refere-se a projetos de reformas, cujo valor supere o limite do Grupo 1 (Art. 6º da Resolução CSJT nº 70/2010), que não representem aumento de área, incorporação de equipamentos, modernização de sistemas, de acordo com o § 5º do Art. 7º da Resolução CSJT nº 70/2010.

A Meta Física para este Plano Orçamentário corresponde a quantidade de Projetos concluídos.

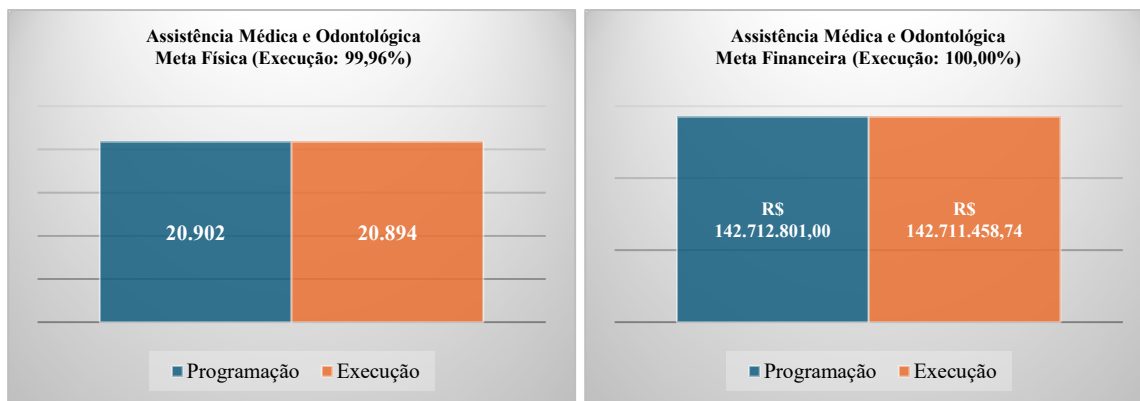


#### 1.4. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

A Meta Física para esta Ação corresponde à quantidade de servidores e magistrados, ativos, inativos e dependentes, beneficiados com programas de assistência médica e odontológica, viabilizada com os recursos orçamentários consignados a este Tribunal, mediante contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos diretamente pelo Órgão (seguro-saúde) ou ressarcimento de despesas com planos de saúde contratados diretamente por magistrados e servidores (auxílio-saúde), após a comprovação dos pagamentos nos limites definidos pelo Tribunal.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.5. Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Os benefícios assistência pré-escolar, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-funeral e auxílio-natalidade estão agregados na Ação *Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*, constituindo os Planos Orçamentários (POs), os quais são identificados, no Sistema SIAFI através dos Programas de Trabalho Resumidos (PTRES), da seguinte forma: PO 0001 – *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados (PTRES 214156)*, PO 0003 – *Auxílio-Transporte de Civis Ativos (PTRES 214158)*, PO 0005 – *Auxílio-Alimentação de Civis Ativos (PTRES 214160)* e PO 0009 – *Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis (PTRES 168058)*.

Seguem abaixo as explicações dos POs e suas Metas Físicas e Financeiras:

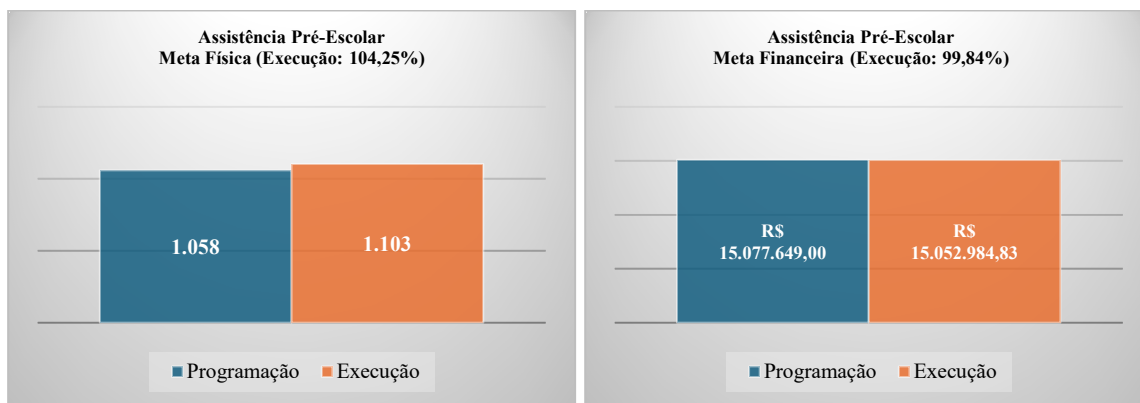
- PO 0001 – *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados (PTRES 214156)*

A Meta Física programada para este PO corresponde à quantidade estimada de crianças com idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos, cujos pais, servidores e magistrados deste Órgão, percebem o benefício “Assistência Pré-escolar”, decorrente dos recursos orçamentários consignados a este



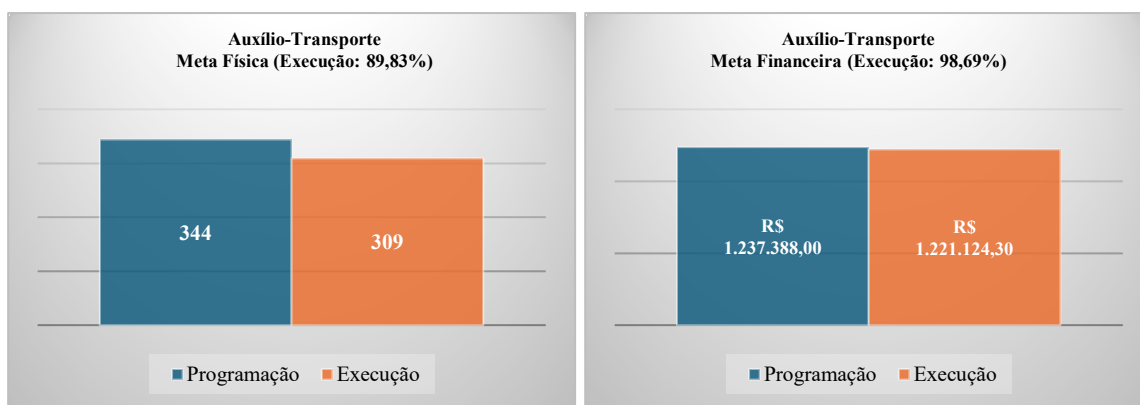
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Tribunal.



• PO 0003 – Auxílio-Transporte de Civis Ativos (PTRES 214158)

A Meta Física para este PO corresponde à quantidade estimada de servidores deste Órgão, favorecidos, nos termos de Lei específica, pela percepção do benefício em pecúnia, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

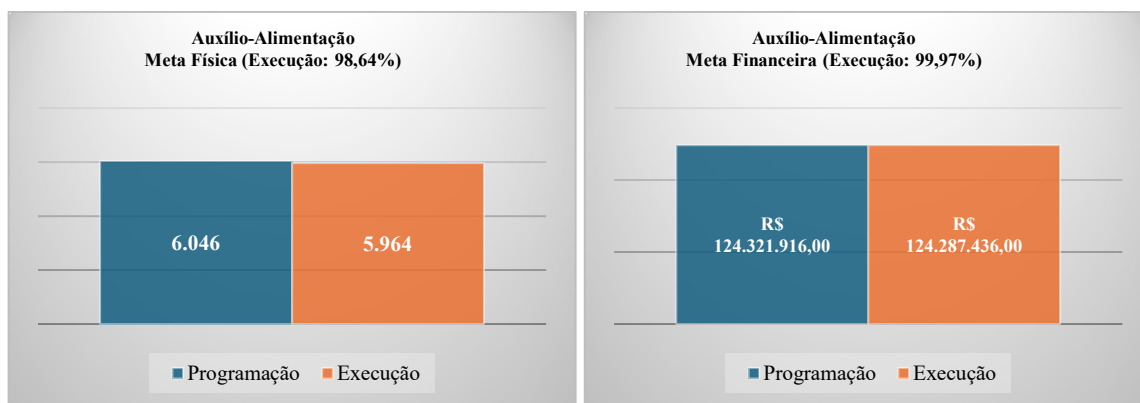


• PO 0005 – Auxílio-Alimentação de Civis Ativos (PTRES 214160)



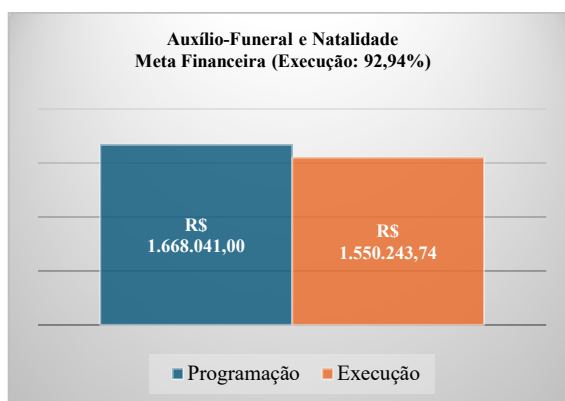
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

A Meta Física para este PO corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a percepção em pecúnia do benefício, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.



• PO 0009 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis (PTRES 168058)

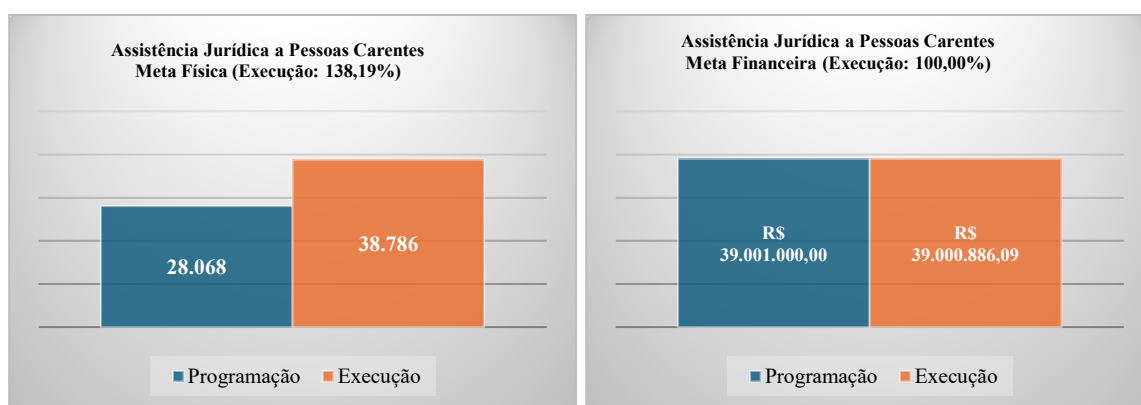
Este PO corresponde à concessão do auxílio-funeral devido à família de servidores e magistrados falecidos na atividade ou na aposentadoria, bem como do auxílio-natalidade, por motivo de nascimento de filho(a). Possui apenas Metas Financeiras, em razão da impossibilidade de se prever a quantidade de ocorrências por exercício.





## 1.6. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, devidos a peritos e intérpretes no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.



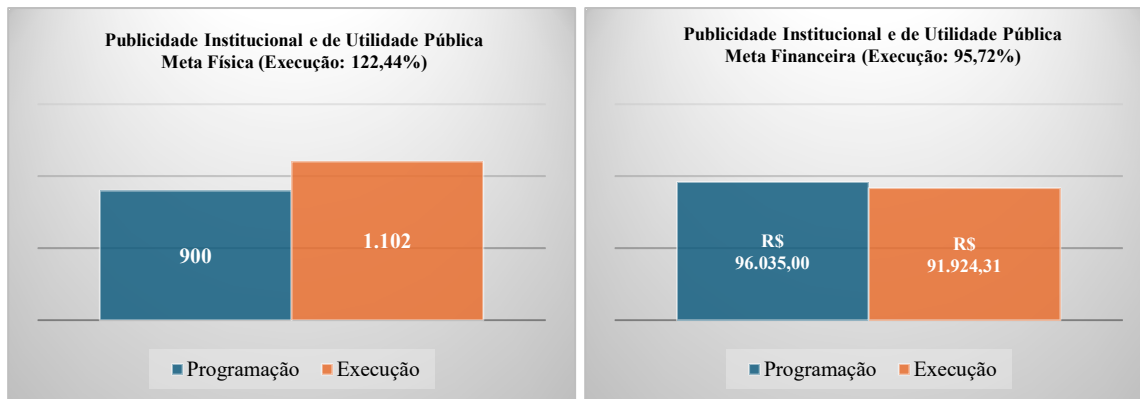
## 1.7. Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Esta Ação é voltada à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A Meta Física para esta Ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas pelo Tribunal.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



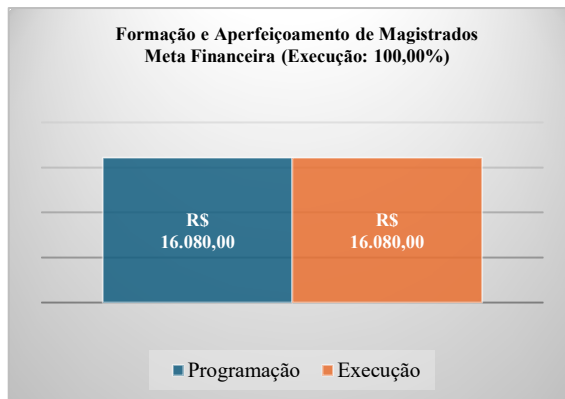
### 1.8. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Provisão)

Este PO refere-se ao oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico e promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, visando proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

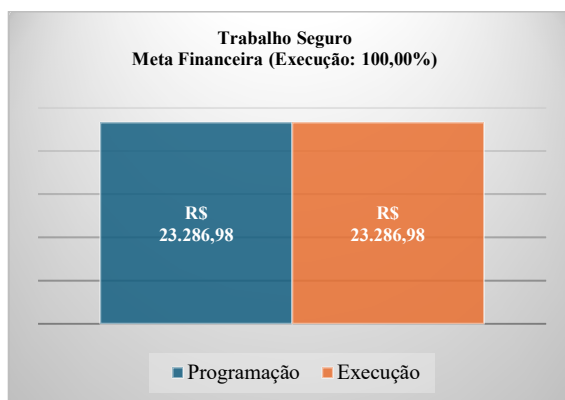


Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.9. Trabalho Seguro (Provisão)

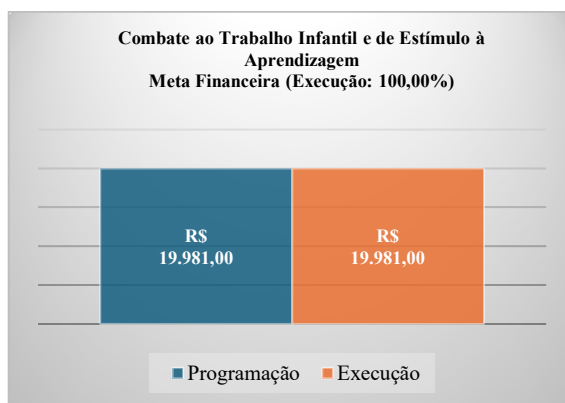
Este PO refere-se à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Trata-se de ação conjunta entre TST e CSJT que descentralizam os recursos aos Tribunais Regionais para sua efetiva execução. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.





### 1.10. Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (Provisão)

Este PO refere-se à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à implementação de políticas para erradicação do trabalho infantil e profissionalização de adolescentes. Trata-se de ação conjunta entre TST e CSJT que descentralizam os recursos aos Tribunais Regionais para sua efetiva execução. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

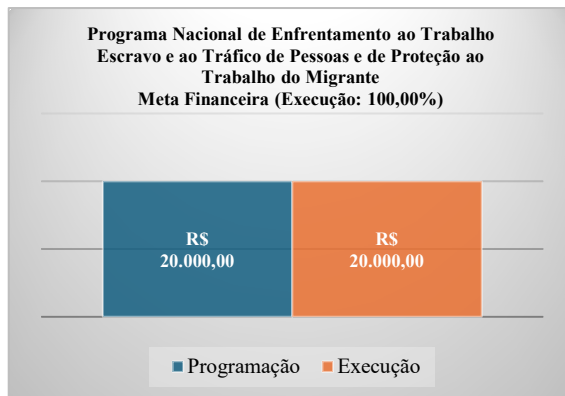


### 1.11. Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (Provisão)

Este PO refere-se a ações voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção do trabalho de pessoas migrantes. Trata-se de ação conjunta entre o TRT-2ª Região e o Comitê Gestor Nacional do aludido Programa coordenado pelo TST e CSJT, que descentraliza os recursos a este Tribunal para sua efetiva execução. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

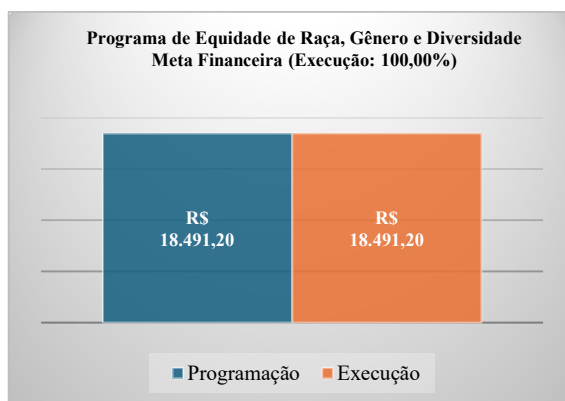


Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.12. Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade (Provisão)

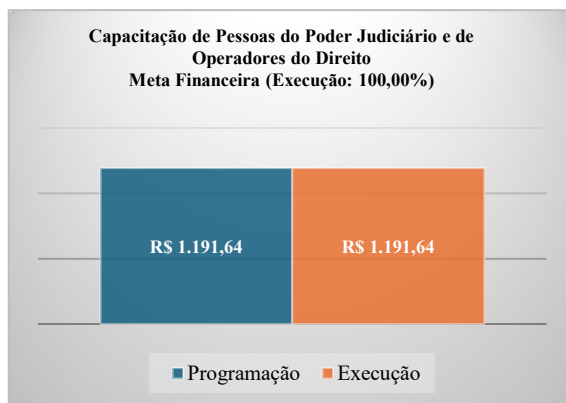
Este PO refere-se a projetos que visem desenvolver ações que afirmem o compromisso contínuo com a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho. Trata-se de ação conjunta entre o TRT-2ª Região e o Comitê Gestor Nacional do aludido Programa coordenado pelo TST e CSJT, que descentraliza os recursos a este Tribunal para sua efetiva execução. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.





### 1.13. Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito (Destaque)

Este PO refere-se à capacitação dos servidores do Poder Judiciário e operadores do Direito em temas estratégicos de forma a dar efetividade às políticas judiciárias propostas pelo CNJ, visando ao aperfeiçoamento necessário ao cumprimento de suas atribuições constitucionais. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

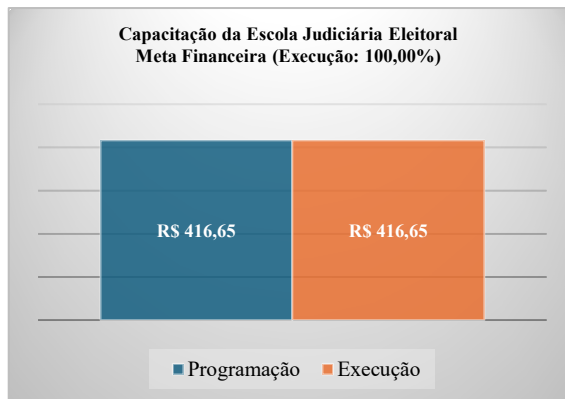


### 1.14. Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral (Destaque)

Este PO refere-se ao oferecimento aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de ações de capacitação com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia e à modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente, de modo a atender aos anseios da sociedade com maior presteza. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

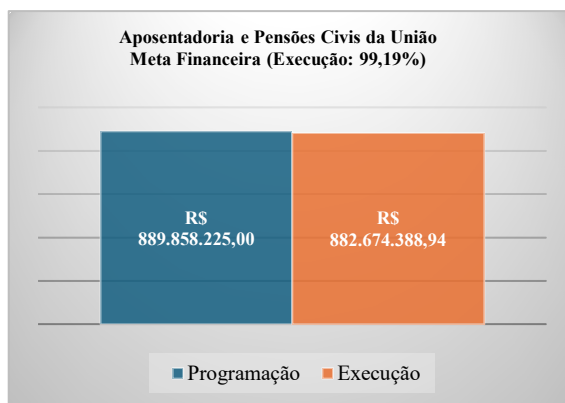


Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.15. Aposentadorias e Pensões Civis da União

Esta Ação apresenta as despesas com pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores e magistrados ou dos seus pensionistas. Não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.



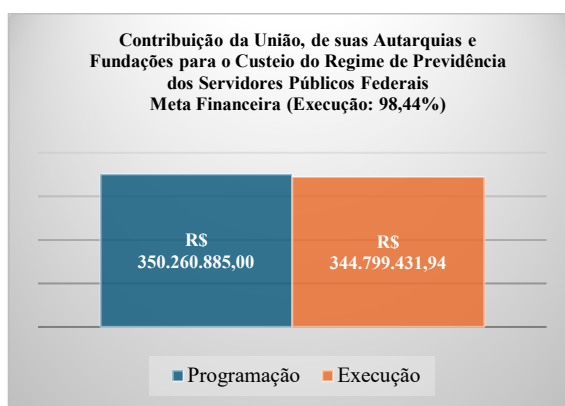
### 1.16. Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Esta Ação apresenta as despesas com pagamento da Contribuição Patronal para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Não possui Metas Físicas, mas



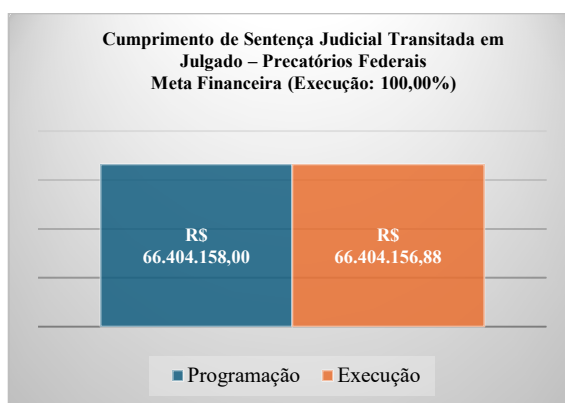
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

apenas Metas Financeiras.



### 1.17. Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Precatórios (Destaque)

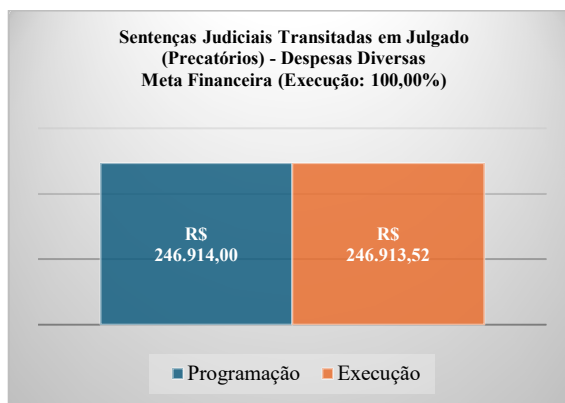
Esta Ação corresponde aos pagamentos de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas de valores acima de sessenta salários-mínimos. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.





### 1.18. Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) – Despesas Diversas (Destaque)

Esta Ação corresponde aos pagamentos de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas de valores acima de sessenta salários-mínimos, que foram descentralizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.

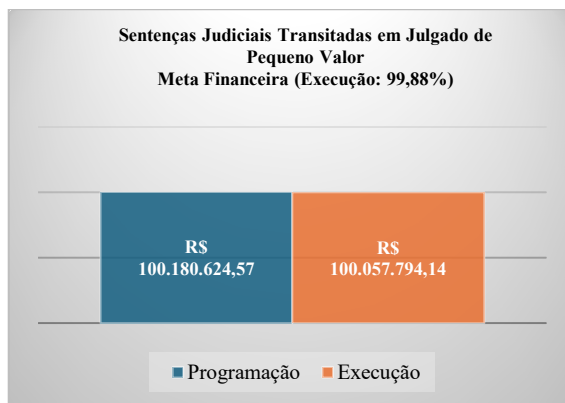


### 1.19. Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (Provisão)

Esta Ação refere-se ao pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (RPVs), quando forem emitidas contra a Fazenda Pública Federal e tiverem valores inferiores a sessenta salários-mínimos. Por se tratar de recursos descentralizados, não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



### 1.20. Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012

Esta Ação corresponde ao pagamento do Benefício Especial assegurado aos servidores e magistrados que optaram pela migração do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS para o Regime Próprio Complementar – RPC. Não possui Metas Físicas, mas apenas Metas Financeiras.





## V. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 1. Conjuntura Atual

A gestão orçamentária e financeira do Tribunal exige um complexo equilíbrio entre controles, projeções e análises conduzidos pela Secretaria de Orçamento e Finanças, diante de diversos fatores limitantes, tais como aspectos temporais, alterações de rotinas fiscais com impacto orçamentário, decisões discricionárias dos Órgãos Superiores e obrigações legais a serem observadas.

Destaca-se que o Tribunal pode solicitar abertura de créditos adicionais apenas 3 (três) vezes durante o exercício (em 2025, foram autorizados nos meses de Maio, Agosto e Novembro), o que impede que as movimentações ou solicitações ocorram a contento do Tribunal.

Outro aspecto que impactou sobremaneira a gestão orçamentária e financeira nos últimos anos foi a implantação do recolhimento dos tributos federais via e-Social/EFD-REINF, que devem ser pagos via DCTF-Web de forma agregada em documento único, no mês seguinte ao da apuração. Tal rotina impactou a gestão dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, e influencia diretamente a apuração de limites legais de pagamento.

Por fim, há a necessidade de observância de todo um regramento contábil, orçamentário e financeiro, acrescido de mecanismos de controles, como os dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 100/2001), na regra do “Limite de Pagamento” definida no “Regime Fiscal Sustentável” (Lei Complementar nº 200/2023), no “Orçamento Impositivo”, incluído na Emenda Constitucional nº 100/2019 e ainda a “Proporção de Gastos das Despesas Primárias”, disposto na Emenda Constitucional nº 109/2021.

#### 1.1 Limite de Pagamento

Até 2023, o Arcabouço Fiscal vigente, que incluía o "Teto de Gastos" (Emenda Constitucional nº 95/2016), tinha como foco principal o Limite de Pagamento das Despesas



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Primárias<sup>8</sup>. Essa regra limitava o pagamento das despesas ao Orçamento do respectivo exercício, incluindo o pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Buscando adequar as normas até então vigentes para a conjuntura fiscal atual, foi promulgada a Lei Complementar nº 200/2023, que instituiu o Regime Fiscal Sustentável. Apesar de haver alterações entre o antigo e o novo arcabouço, manteve-se a regra do Limite de Pagamento. Desta forma, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – editou o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 71/2025, estabelecendo para a Justiça do Trabalho, no exercício de 2025, limites de pagamentos para as Despesas Primárias, Obrigatórias e Discricionárias, nas quais se incluem os pagamentos das Despesas do Orçamento de 2025 e, ainda, dos Restos a Pagar, excluindo-se os pagamentos com Descentralizações e Contribuição Patronal, bem como despesas advindas de créditos extraordinários.

Em 2025, o STF julgou a ADI 7641, no qual restou definido que as receitas próprias do Poder Judiciário da União não se submetem ao limite do teto de gastos. Portanto, os gastos realizados a partir de tais receitas também não foram considerados para fins de apuração dos limites.

O limite total autorizado para este Regional foi de R\$ 3.485.034.881,00, correspondente ao total orçamentário consignado na LOA de 2025, incluindo os créditos suplementares, e desconsiderando os recursos de fontes próprias, os créditos descentralizados, a Reserva de Contingência e a Ação referente a Contribuição Patronal do PSS.

Com o objetivo de reduzir o impacto em 2025, após o último pagamento do ano (26/12/2025), apurou-se o saldo disponível para quitar parcialmente tributos com vencimento em 2026, evitando maior inscrição em RAP, bem como para se utilizar ao máximo o saldo do Limite de Pagamento.

<b>Relatório do Limite de Pagamento</b>		
<b>Limite de Pagamento Autorizado pelo CSJT</b>		<b>3.485.034.881,00</b>
<b>(-) Despesas Pagas até 26/12/2025<sup>1</sup></b>	Despesas Pagas do Exercício 2025	3.295.639.557,05
	Restos a Pagar – RAP Pagos	91.158.414,97

<sup>8</sup> Despesa que aumenta a Dívida Líquida do Setor Público e que não tem relação com a apropriação de juros aos estoques dessa mesma dívida. São exemplos: despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes e investimentos.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

<b>(=) Saldo do Limite de Pagamento do Exercício de 2025 em 29/12/25</b>	<b>98.236.908,98</b>
--	----------------------

<sup>1</sup> Valores extraídos no Tesouro Gerencial em 29/12/25, saldo final de 26/12/25.

O saldo acima demonstra que poderiam ser pagos os tributos federais (CPSS, IRRF, IRPJ, Pis, Cofins e CSLL) com vencimento em janeiro de 2026 até o valor de R\$ 98.236.908,98, sem ultrapassar o Limite de Pagamento. Foram selecionados para pagamento tributos que totalizavam R\$ 83.606.268,71 e, ainda, o pagamento de R\$ 26.466.119,72 de CPSS Patronal.

Na conciliação dos valores apresentados, verificou-se que algumas Ordens Bancárias dos pagamentos realizados em 26/12/2025, no valor de R\$ 23.302.360,24, só foram geradas em 29/12/20025, e não constavam no total das despesas pagas do exercício do “Relatório do Limite de Pagamento” demonstrado acima. Para não ultrapassar o limite, dos tributos selecionados para pagamento deveria ser deduzido o valor igual ou superior a R\$ 23.302.360,24.

Nesse momento, pela proximidade dos valores, deixou-se de pagar um DARF de CPSS Patronal, no valor de R\$ 25.468.083,64, considerado equivocadamente como CPSS, a fim de compensar o valor de R\$ 23.302.360,24 correspondente às Ordens Bancárias processadas no dia 29/12/2025. Ocorre que a CPSS Patronal, ao contrário da CPSS, não integra o cálculo do Limite de Pagamento, de modo que a dedução não produziu o efeito esperado, o que ocorreria se fosse a CPSS.

Portanto, o tributo no valor de R\$ 25.468.083,64, que não foi pago, não impactou o cálculo, por isso o “Limite de Pagamento Autorizado pelo CSJT” foi ultrapassado em R\$ 8.571.623,50, visto que não foi possível cancelar o DARF no dia seguinte ao pagamento após identificado o erro.

Ressalta-se que, foi possível efetuar o pagamento porque o financeiro dos tributos IRRF e CPSS é o mesmo da CPSS Patronal (fonte 1000 e vinculação 310). Ou seja, houve sobra financeira de R\$ 25.468.083,64, superior aos R\$ 23.302.360,24 que deveriam ser compensados.

A Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT foi comunicada imediatamente do ocorrido, visto que não foi possível realizar o cancelamento no dia seguinte ao pagamento do tributo por DARF Agregado, como ocorre com o DARF Comum (prazo de 1 dia), e, apesar de o TRT2 ter



ultrapassado o limite individualizado, não houve prejuízo ao cumprimento do Limite de Pagamento no âmbito da Justiça do Trabalho em 2025 porque o controle ocorre de forma consolidada.

Em que pese a realização de aprimoramento dos controles para que o erro relatado não mais ocorra, a STN promoveu ajustes na contabilização do DARF, a vigorar a partir de 1º de março de 2026, com um período de transição para os novos procedimentos a encerrar em 20 de maio de 2026, quando não será mais possível o recolhimento por DARF Agregado (Decomposto), o que impõe uma revisão nos controles considerando a nova sistemática.

## 1.2 Orçamento Impositivo

A Emenda Constitucional nº 100/2019 instituiu o Orçamento Impositivo, que dispõe que a Administração Pública Federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por meios e medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

O dever de execução refere-se às Despesas Primárias Discricionárias, devendo o gestor apresentar as justificativas para a inexecução das programações orçamentárias, que comporão os relatórios de Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário, sendo facultada a apresentação das justificativas para programações cuja execução tenha sido igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) da respectiva dotação.

A execução orçamentária das Despesas Primárias Discricionárias deste Tribunal apresentou percentual dentro do estipulado pela EC nº 100/2019 para a principal Ação – **“Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”**, executando 99,37% da dotação. Esta Ação representa 99,95% da dotação total das Despesas Primárias Discricionárias.

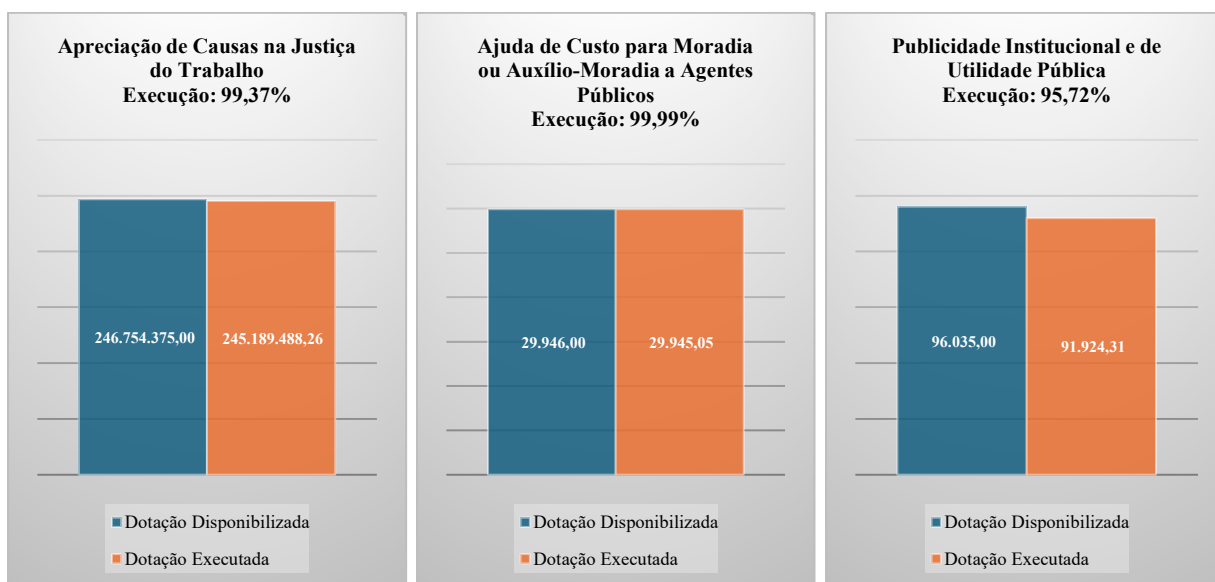
A Ação **“Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia para Agentes Públicos”** representa 0,01% da dotação total das Despesas Primárias Discricionárias e executou 99,99% da sua dotação.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Já a Ação “**Publicidade Institucional e de Utilidade Pública**” representa 0,04% da dotação total das Despesas Primárias Discricionárias e executou 95,72% da sua dotação. O valor não executado de R\$ 4.110,69 possui uma baixa representatividade em relação à dotação total das Despesas Primárias Discricionárias (0,0017%), sendo essa a justificativa pela execução abaixo do Limite da EC nº 100/2019 para a referida Ação. Outrossim, trata-se de um valor muito baixo para justificar um Pedido de Crédito Adicional a fim de remanejar os recursos disponíveis para outra Ação.

### DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



### 1.3 Proporção de Gastos das Despesas Primárias

Em 2021, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que limitou o orçamento para as Despesas Primárias Obrigatórias em 95% em relação à dotação da Despesa Primária Total do Órgão, que corresponde ao somatório das Despesas Primárias



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Obrigatórias<sup>9</sup> e Discricionárias<sup>10</sup>.

Esse dispositivo teve como objetivo conter o aumento das Despesas Obrigatórias e representa um limitador no remanejamento dos recursos disponibilizados, no tocante à transferência de recursos orçamentários de Despesas Discricionárias para satisfazer eventuais insuficiências de Despesas Obrigatórias.

Desta forma, ocorrendo o aumento dos recursos orçamentários para as Despesas Obrigatórias, sem aumento dos recursos orçamentários para as Despesas Discricionárias, a proporção entre essas Despesas é alterada resultando no aumento percentual das Despesas Obrigatórias, o que requer atenção quanto ao percentual máximo estabelecido.

Em 2023, a Lei Complementar nº 200/2023, que instituiu o novo arcabouço fiscal - “Regime Fiscal Sustentável”, manteve a regra inicialmente definida na EC nº 109/2021. Portanto, o Tribunal deve continuar a observar tal proporção, e, caso ultrapasse o limite, sofrerá as sanções previstas na Constituição.

Este Tribunal manteve-se abaixo do limite de 95% para as Despesas Obrigatórias em 2025, porém observa-se um aumento contínuo anual na proporção dos gastos com as Despesas Obrigatórias.

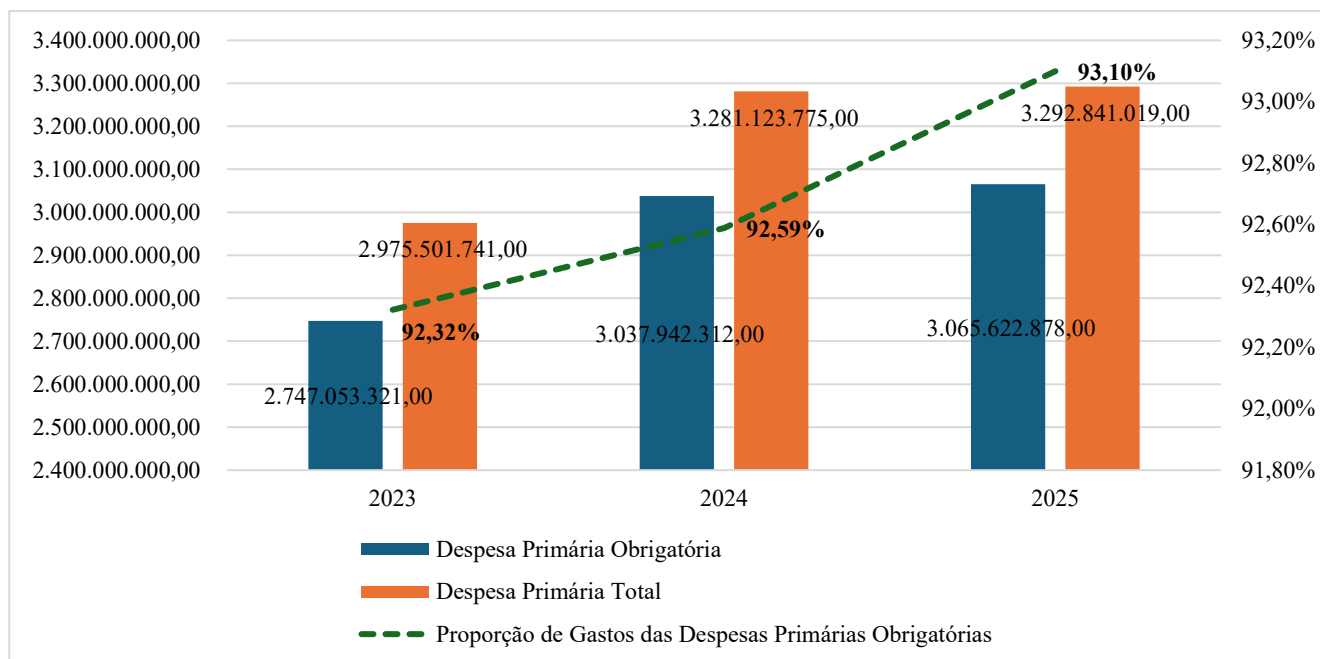
---

<sup>9</sup> Despesa que há obrigação legal, ou seja, cuja execução é mandatória. Inclui as despesas com Pessoal, Benefícios Obrigatórios, Assistência Médica e odontológica e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

<sup>10</sup> Despesa cuja execução está sujeita à avaliação de oportunidade pelo gestor. Inclui as despesas correntes (locação de imóveis, serviço de limpeza, água, luz, diárias etc.) e com investimento (aquisição de mobiliário, equipamentos de informática etc.)



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças



#### 1.4 Custo do Processo Julgado

A prestação de serviços realizada por este Tribunal traduz-se no produto final “processos julgados”.

Considerando “processo julgado” como a unidade de medida dos serviços prestados aos jurisdicionados, o qual envolve orçamentos e metas físicas estabelecidos para as Ações do Programa de Governo “*Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário*”, o custo unitário do processo é resultado da equação: “*Custo do Processo Julgado = Orçamento ÷ Meta*”.

Concorrem **diretamente** para satisfação dos serviços prestados aos jurisdicionados as Ações Ativos Cíveis da União e Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; e **indiretamente**, as Ações Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes; Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes; Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; Publicidade Institucional e de Utilidade Pública; Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.

Segue a síntese dos resultados em 2025:



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Discriminação		Orçamento utilizado – R\$	Meta Física alcançada
<b>Programa</b>			
<b>Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário</b>		<b>2.723.637.529,05</b>	<b>729.016</b>
<b>Ações</b>			
<b>Ativos Cíveis da União</b>		<b>2.154.502.037,73</b>	
<b>Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho</b>	PO 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	220.164.007,23	
	PO 0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de TI	2.022.005,25	
	PO 0002 - Capacitação de Recursos Humanos	1.579.397,06	
	PO 0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	264.778,14	
	PO SEG0 - Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário	3.062.968,42	
	PO TISI - Capacitação de Servidores de Tecnologia da Informação	396.806,94	
	PO 0008 - Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras	1.935,43	
	PO RCAU - Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte	17.092.795,27	
	RS70 - Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte	604.794,52	
	<b>Total</b>	<b>245.189.488,26</b>	
<b>Benefícios Obrigatórios</b>	PO 0001 - Assistência Pré-Escolar	15.052.984,83	
	PO 0003 - Auxílio-Transporte	1.221.124,30	
	PO 0005 - Auxílio-Alimentação	124.287.436,00	
	PO 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade	1.550.243,74	
	<b>Total</b>	<b>142.111.788,87</b>	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes		142.711.458,74	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		39.000.886,09	
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública		91.924,31	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos		29.945,05	
<b>TOTAL</b>		<b>2.723.637.529,05</b>	<b>729.016</b>

Da análise conjunta da utilização orçamentária associada à meta física realizada, obtém-se o custo de R\$ 3.736,04 por processo julgado, tendo em vista a utilização do montante citado acima.

A participação dos custos diretos e indiretos no custo proporcional do processo está evidenciada no quadro e gráfico que seguem abaixo:



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Custos	Atividade	Orçamento utilizado	Processos Julgados	Custo Proporcional (*)		
				R\$	%	
Diretos	Ativos Civis da União	2.154.502.037,73	729.016	2.955,36	79,10%	
	ACJT - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	220.164.007,23		302,00	8,08%
		PO 0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de TI	2.022.005,25		2,77	0,07%
		PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos	1.579.397,06		2,17	0,06%
		PO 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	264.778,14		0,36	0,01%
		PO SEG0 – Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário	3.062.968,42		4,20	0,11%
		PO TISI – Capacitação de Servidores de Tecnologia da Informação	396.806,94		0,54	0,01%
		PO 0008 – Pagamento de Intérpretes e Tradutores de Libras	1.935,43		0,00	0,00%
		PO RCAU - Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte	17.092.795,27		23,45	0,63%
		PO RS70 - Reforma e Conservação de Ativos da União - Médio e Grande Porte	604.794,52		0,83	0,02%
Indiretos	Benefícios Obrigatórios	PO 0001 – Assistência Pré-Escolar	15.052.984,83	20,65	0,55%	
		PO 0003 – Auxílio-Transporte	1.221.124,30	1,68	0,04%	
		PO 0005 – Auxílio-Alimentação	124.287.436,00	170,49	4,56%	
		PO 0009 – Auxílio-Funeral e Natalidade	1.550.243,74	2,13	0,06%	
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	142.711.458,74	195,76	5,24%		
	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	39.000.886,09	53,50	1,43%		
	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	91.924,31	0,13	0,00%		
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	29.945,05	0,04	0,00%		
<b>TOTAL</b>		<b>2.723.637.529,05</b>	<b>729.016</b>	<b>3.736,04</b>	<b>100,00%</b>	

\* Custo do Processo Julgado = Orçamento Utilizado / Meta Alcançada

Concluindo, segue apresentação da evolução do custo proporcional por processo julgado nos últimos exercícios:



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

Exercício	Orçamento – R\$		Meta – Qtd.		Custo – R\$	
	Estimado	Utilizado	Estimada	Alcançada	Inicial	Final
	(a)	(a1)	(b)	(b1)	(c = a ÷ b)	(c1 = a1 ÷ b1)
2020	1.838.544.575,00	1.825.687.481,60	338.881	348.083	5.425,34	5.244,98
2021	1.856.653.892,00	1.840.997.834,55	406.235	474.469	4.570,39	3.880,12
2022	1.995.386.705,00	1.985.858.238,28	473.568	544.610	4.213,52	3.646,39
2023	2.213.172.664,00	2.209.896.561,03	567.698	626.749	3.898,50	3.525,97
2024	2.551.046.780,00	2.543.482.795,08	764.812	749.609	3.335,52	3.393,08
2025	2.726.946.784,00	2.723.635.802,18	711.743	729.016	3.831,36	3.736,04

O exercício de 2020, ápice da pandemia da COVID-19, apresentou o maior custo final por processo, motivado pela grande redução na quantidade de processos julgados.

A partir do exercício de 2021, observa-se um aumento constante dos processos julgados, bem como a diminuição proporcional do custo por processo.

Em 2025, verificou-se uma ligeira queda da quantidade de processos julgados (-2,75%), e aumento de 10,11% do custo por processo julgado em comparação com o exercício anterior.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Secretaria de Orçamento e Finanças

## **ANEXOS – Demonstrativos Contábeis**

- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário – UO 15103
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>303.688.925,07</b>	<b>284.879.489,50</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.169.156.788,77</b>	<b>453.443.789,94</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>229.740.219,06</b>	<b>216.749.127,77</b>	<b>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>984.873.801,96</b>	<b>244.828.358,49</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>55.920.033,78</b>	<b>56.388.147,18</b>	<b>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>8.701.853,65</b>	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	<b>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>	-	-
Demais Créditos e Valores	55.920.033,78	56.388.147,18	<b>Transferências Fiscais a Curto Prazo</b>	-	-
Demais Créditos e Valores	55.920.033,78	56.388.147,18	<b>Provisões a Curto Prazo</b>	<b>119.874.069,12</b>	<b>102.587.275,77</b>
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	-	-	<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>55.707.064,04</b>	<b>106.028.155,68</b>
<b>Estoques a Curto Prazo</b>	<b>443.526,32</b>	-			
<b>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</b>	-	-			
<b>VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo</b>	<b>17.585.145,91</b>	<b>11.742.214,55</b>			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>926.737.274,70</b>	<b>904.708.401,24</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>39.694,11</b>	<b>7.948,68</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.393.755,46</b>	<b>1.548.041,60</b>	<b>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo</b>	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.393.755,46	1.548.041,60	<b>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</b>	-	-
Demais Créditos e Valores	1.393.755,46	1.548.041,60	<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</b>	-	-
Demais Créditos e Valores	1.393.755,46	1.548.041,60	<b>Obrigações Fiscais a Longo Prazo</b>	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	<b>Transferências Fiscais a Longo Prazo</b>	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	<b>Provisões a Longo Prazo</b>	-	-
Participações Permanentes	-	-	<b>Demais Obrigações a Longo Prazo</b>	<b>39.694,11</b>	<b>7.948,68</b>
Propriedades para Investimento	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>1.169.196.482,88</b>	<b>453.451.738,62</b>
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2025	2024
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	<b>Reservas de Capital</b>	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	<b>Reservas de Lucros</b>	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>904.760.640,85</b>	<b>883.839.383,22</b>	<b>Demais Reservas</b>	<b>345.031.381,26</b>	<b>323.203.430,88</b>
Bens Móveis	134.764.186,01	136.163.155,49	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>-283.801.664,37</b>	<b>412.932.721,24</b>
Bens Móveis	195.287.018,52	173.617.189,71	Resultado do Exercício	-45.889.069,05	85.815.264,77
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-60.522.832,51	-37.454.034,22	Resultados de Exercícios Anteriores	412.932.721,24	498.631.868,12
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-650.845.316,56	-171.514.411,65
Bens Imóveis	769.996.454,84	747.676.227,73	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	-	-
Bens Imóveis	770.028.405,81	747.879.691,02	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>61.229.716,89</b>	<b>736.136.152,12</b>
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-31.950,97	-203.463,29			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>20.582.878,39</b>	<b>19.320.976,42</b>			
Softwares	20.582.878,39	19.320.976,42			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 05/02/2026	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Softwares	20.582.878,39	19.320.976,42			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.230.426.199,77</b>	<b>1.189.587.890,74</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.230.426.199,77</b>	<b>1.189.587.890,74</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>229.740.219,06</b>	<b>216.749.127,77</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>130.461.638,94</b>	<b>128.713.506,53</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.000.685.980,71</b>	<b>972.838.762,97</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>1.077.275.149,16</b>	<b>346.062.225,43</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>22.689.411,67</b>	<b>714.812.158,78</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>25.191.580,58</b>	<b>26.168.912,05</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.224.488.263,86</b>	<b>699.476.908,07</b>
Atos Potenciais Ativos	25.191.580,58	26.168.912,05	Atos Potenciais Passivos	1.224.488.263,86	699.476.908,07
Garantias e Contragarantias Recebidas	23.941.818,28	24.128.070,68	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	1.249.762,30	2.040.841,37	Obrigações Contratuais	1.224.488.263,86	699.476.908,07
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>25.191.580,58</b>	<b>26.168.912,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.224.488.263,86</b>	<b>699.476.908,07</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>22.602.056,42</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>76.676.523,70</b>
Previdência Social (RPPS)	3.970,30
Fundos, Órgãos e Programas	76.672.553,40
<b>TOTAL</b>	<b>99.278.580,12</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.411.850.113,84</b>	<b>3.970.498.929,76</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>137.761.291,03</b>	<b>140.014.858,55</b>
Impostos	-	-
Taxas	137.761.291,03	140.014.858,55
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>137.707.506,22</b>	<b>55.064.539,11</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	137.707.506,22	55.064.539,11
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>555.118,20</b>	<b>363.319,81</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	536,11	1.115,12
Variações Monetárias e Cambiais	554.582,09	362.204,69
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>4.130.541.138,44</b>	<b>3.768.368.748,49</b>
Transferências Intragovernamentais	4.130.064.676,23	3.768.286.884,87
Transferências Intergovernamentais	322,21	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	476.140,00	81.863,62
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>1.122.005,77</b>	<b>100.567,73</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.122.005,77	100.567,73
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>4.163.054,18</b>	<b>6.586.896,07</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.163.054,18	6.586.896,07
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>4.457.739.182,89</b>	<b>3.884.683.664,99</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>2.656.009.599,86</b>	<b>2.438.228.145,84</b>
Remuneração a Pessoal	2.126.488.648,71	1.964.316.839,44
Encargos Patronais	379.921.543,53	348.157.765,94
Benefícios a Pessoal	149.599.407,62	125.719.333,00
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	34.207,46
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>963.360.453,07</b>	<b>893.012.454,93</b>
Aposentadorias e Reformas	717.657.301,98	662.196.242,55
Pensões	160.595.762,53	150.526.263,78
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	85.107.388,56	80.289.948,60
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>300.667.168,11</b>	<b>285.143.549,92</b>
Uso de Material de Consumo	2.604.596,44	9.169.864,67
Serviços	275.433.306,14	257.705.370,93
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.629.265,53	18.268.314,32
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>72.803.929,99</b>	<b>11.313.154,60</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	71.004.441,26	1.659.259,45
Variações Monetárias e Cambiais	1.799.488,73	9.653.895,15
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>284.263.255,53</b>	<b>152.273.466,21</b>
Transferências Intragovernamentais	284.038.302,19	152.162.540,48
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	224.953,34	110.925,73
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>171.014.370,14</b>	<b>95.960.815,90</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	36.606,28	340.384,30
Incorporação de Passivos	167.830.870,31	90.786.546,56



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	3.146.893,55	4.833.885,04
<b>Tributárias</b>	<b>6.796.462,62</b>	<b>5.981.371,48</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.787,03	98.585,01
Contribuições	6.690.675,59	5.882.786,47
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.823.943,57</b>	<b>2.770.706,11</b>
Premiações	4.663,47	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.819.280,10	2.770.706,11
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-45.889.069,05</b>	<b>85.815.264,77</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 05/02/2026	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>98.476.751,18</b>	<b>41.268.558,18</b>
<b>  Receita Tributária</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>  Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>  Receita Patrimonial</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>91.769.570,81</b>	<b>34.561.377,81</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	852.388,00	852.388,00	349.606,51	-502.781,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	56.355.805,00	56.355.805,00	91.419.964,30	35.064.159,30
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>  Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>  Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>  Receita de Serviços</b>	-	-	<b>6.406.754,00</b>	<b>6.406.754,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	6.406.754,00	6.406.754,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>  Transferências Correntes</b>	-	-	<b>322,21</b>	<b>322,21</b>
<b>  Outras Receitas Correntes</b>	-	-	<b>300.104,16</b>	<b>300.104,16</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	300.104,16	300.104,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>  Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>  Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>  Amortizações de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>  Transferências de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 05/02/2026	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>98.476.751,18</b>	<b>41.268.558,18</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>98.476.751,18</b>	<b>41.268.558,18</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>3.855.180.480,75</b>	<b>3.855.180.480,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>57.208.193,00</b>	<b>3.953.657.231,93</b>	<b>3.896.449.038,93</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	<b>294.798.588,00</b>	-	<b>-294.798.588,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	294.798.588,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.623.313.160,00</b>	<b>3.936.093.340,00</b>	<b>3.920.189.325,73</b>	<b>3.898.083.883,64</b>	<b>3.837.725.164,01</b>	<b>15.904.014,27</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.137.334.741,00</b>	<b>3.398.712.662,00</b>	<b>3.384.521.740,61</b>	<b>3.371.056.068,26</b>	<b>3.324.645.869,19</b>	<b>14.190.921,39</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>485.978.419,00</b>	<b>537.380.678,00</b>	<b>535.667.585,12</b>	<b>527.027.815,38</b>	<b>513.079.294,82</b>	<b>1.713.092,88</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.051.002,00</b>	<b>33.518.473,00</b>	<b>33.467.906,20</b>	<b>16.877.797,48</b>	<b>14.277.267,62</b>	<b>50.566,80</b>
<b>Investimentos</b>	<b>12.051.002,00</b>	<b>33.518.473,00</b>	<b>33.467.906,20</b>	<b>16.877.797,48</b>	<b>14.277.267,62</b>	<b>50.566,80</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>56.355.805,00</b>	<b>16.906.742,00</b>	-	-	-	<b>16.906.742,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.691.719.967,00</b>	<b>3.986.518.555,00</b>	<b>3.953.657.231,93</b>	<b>3.914.961.681,12</b>	<b>3.852.002.431,63</b>	<b>32.861.323,07</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>3.691.719.967,00</b>	<b>3.986.518.555,00</b>	<b>3.953.657.231,93</b>	<b>3.914.961.681,12</b>	<b>3.852.002.431,63</b>	<b>32.861.323,07</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>TOTAL</b>	<b>3.691.719.967,00</b>	<b>3.986.518.555,00</b>	<b>3.953.657.231,93</b>	<b>3.914.961.681,12</b>	<b>3.852.002.431,63</b>	<b>32.861.323,07</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>70.819,72</b>	<b>15.689.249,59</b>	<b>9.212.934,09</b>	<b>9.212.783,46</b>	<b>6.540.203,03</b>	<b>7.082,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.804.342,31	2.409.381,28	2.409.381,28	5.394.961,03	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.819,72	7.884.907,28	6.803.552,81	6.803.402,18	1.145.242,00	7.082,82
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.388,49</b>	<b>6.877.480,27</b>	<b>6.679.773,56</b>	<b>6.679.773,56</b>	<b>200.095,20</b>	<b>-</b>
Investimentos	2.388,49	6.877.480,27	6.679.773,56	6.679.773,56	200.095,20	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>73.208,21</b>	<b>22.566.729,86</b>	<b>15.892.707,65</b>	<b>15.892.557,02</b>	<b>6.740.298,23</b>	<b>7.082,82</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>175.557,02</b>	<b>77.128.649,60</b>	<b>76.952.117,06</b>	<b>-</b>	<b>352.089,56</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	76.702.014,52	76.702.014,52	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	175.557,02	426.635,08	250.102,54	-	352.089,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>274.500,00</b>	<b>274.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	274.500,00	274.500,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>175.557,02</b>	<b>77.403.149,60</b>	<b>77.226.617,06</b>	<b>-</b>	<b>352.089,56</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>  Receita Tributária</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>  Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>  Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>  Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>  Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>  Receita de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>  Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>  Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>  Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>  Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>  Amortizações de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>  Transferências de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	4.120.465.543,94	4.120.465.543,94
<b>TOTAL</b>	-	-	4.120.465.543,94	4.120.465.543,94
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	294.798.588,00	-	-294.798.588,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	294.798.588,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	3.623.313.160,00	3.936.093.340,00	4.086.997.637,74	4.064.868.908,67	4.004.509.291,73	-150.904.297,74
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	3.137.334.741,00	3.398.712.662,00	3.549.006.605,02	3.535.540.932,67	3.489.130.733,60	-150.293.943,02
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	485.978.419,00	537.380.678,00	537.991.032,72	529.327.976,00	515.378.558,13	-610.354,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	12.051.002,00	33.518.473,00	33.467.906,20	16.877.797,48	14.277.267,62	50.566,80
<b>Investimentos</b>	12.051.002,00	33.518.473,00	33.467.906,20	16.877.797,48	14.277.267,62	50.566,80
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	56.355.805,00	16.906.742,00	-	-	-	16.906.742,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	3.691.719.967,00	3.986.518.555,00	4.120.465.543,94	4.081.746.706,15	4.018.786.559,35	-133.946.988,94
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	3.691.719.967,00	3.986.518.555,00	4.120.465.543,94	4.081.746.706,15	4.018.786.559,35	-133.946.988,94



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>TOTAL</b>	<b>3.691.719.967,00</b>	<b>3.986.518.555,00</b>	<b>4.120.465.543,94</b>	<b>4.081.746.706,15</b>	<b>4.018.786.559,35</b>	<b>-133.946.988,94</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>70.819,72</b>	<b>15.724.749,59</b>	<b>9.248.434,09</b>	<b>9.248.283,46</b>	<b>6.540.203,03</b>	<b>7.082,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.804.342,31	2.409.381,28	2.409.381,28	5.394.961,03	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.819,72	7.920.407,28	6.839.052,81	6.838.902,18	1.145.242,00	7.082,82
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.388,49</b>	<b>6.877.480,27</b>	<b>6.679.773,56</b>	<b>6.679.773,56</b>	<b>200.095,20</b>	<b>-</b>
Investimentos	2.388,49	6.877.480,27	6.679.773,56	6.679.773,56	200.095,20	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>73.208,21</b>	<b>22.602.229,86</b>	<b>15.928.207,65</b>	<b>15.928.057,02</b>	<b>6.740.298,23</b>	<b>7.082,82</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>175.557,02</b>	<b>77.130.238,83</b>	<b>76.953.706,29</b>	<b>-</b>	<b>352.089,56</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	76.702.014,52	76.702.014,52	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	175.557,02	428.224,31	251.691,77	-	352.089,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>274.500,00</b>	<b>274.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	274.500,00	274.500,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>175.557,02</b>	<b>77.404.738,83</b>	<b>77.228.206,29</b>	<b>-</b>	<b>352.089,56</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>4.120.465.543,94</b>	<b>3.798.451.560,63</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>	-	-	<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>3.248.428.060,69</b>	<b>2.955.032.632,91</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	-	-	<b>Recursos Vinculados</b>	<b>872.037.483,25</b>	<b>843.418.927,72</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		60.834.552,00
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	-	-	Previdência Social (RPPS)	737.722.228,24	700.332.766,00
			Fundos, Órgãos e Programas	134.315.255,01	82.251.609,72
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>4.130.064.676,23</b>	<b>3.768.286.884,87</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>284.038.302,19</b>	<b>152.162.540,48</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	4.026.491.454,19	3.758.365.461,48	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	1.608,29	6.717,43	Independentes da Execução Orçamentária	284.038.302,19	152.162.540,48
Sub-repasse Recebido	4.026.489.845,90	3.758.358.744,05	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.466.880,80	504.646,97
Independentes da Execução Orçamentária	103.573.222,04	9.921.423,39	Demais Transferências Concedidas	34.892,30	26.007,52
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.466.880,02	2.605.541,50	Movimento de Saldos Patrimoniais	282.536.529,09	151.631.885,99
Demais Transferências Recebidas	4.890.734,36	3.367.914,54	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	97.215.607,66	3.947.967,35	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>134.184.385,21</b>	<b>19.976.894,39</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>421.614.646,40</b>	<b>334.657.293,73</b>	Pagamento de Restos a Pagar Processados	77.228.206,29	3.003.943,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados	62.960.146,80	77.074.925,04	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	15.928.057,02	10.738.165,91
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	38.718.837,79	22.602.229,86	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.006.011,04	6.234.784,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.971.720,40	34.644.387,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários	22.110,86	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	278.963.941,41	200.335.750,96	Demais Pagamentos	22.110,86	
Arrecadação de Outra Unidade	278.963.941,41	200.335.750,96			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>216.749.127,77</b>	<b>84.395.944,67</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>229.740.219,06</b>	<b>216.749.127,77</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.749.127,77	84.395.944,67	Caixa e Equivalentes de Caixa	229.740.219,06	216.749.127,77
<b>TOTAL</b>	<b>4.768.428.450,40</b>	<b>4.187.340.123,27</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.768.428.450,40</b>	<b>4.187.340.123,27</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/02/2026	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>34.222.632,47</b>	<b>173.922.203,99</b>
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>4.450.000.338,04</b>	<b>4.003.267.023,70</b>
<b>Receita Tributária</b>	-	-
<b>Receita de Contribuições</b>	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	-	-
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>	-	-
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
<b>Transferências Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>4.450.000.338,04</b>	<b>4.003.267.023,70</b>
Ingressos Extraorçamentários	40.971.720,40	34.644.387,87
Transferências Financeiras Recebidas	4.130.064.676,23	3.768.286.884,87
Arrecadação de Outra Unidade	278.963.941,41	200.335.750,96
<b>DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>-4.415.777.705,57</b>	<b>-3.829.344.819,71</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-3.766.361.053,82</b>	<b>-3.333.058.230,24</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-2.718.628.978,57	-2.412.402.718,69
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-878.516.990,43	-828.025.128,66
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/02/2026	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-169.215.084,82	-92.630.382,89
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-324.350.227,66</b>	<b>-337.889.264,19</b>
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-324.350.227,66	-337.889.264,19
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-325.066.424,09</b>	<b>-158.397.325,28</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-41.006.011,04	-6.234.784,80
Transferências Financeiras Concedidas	-284.038.302,19	-152.162.540,48
Demais Pagamentos	-22.110,86	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-21.231.541,18</b>	<b>-41.569.020,89</b>
<b>INGRESSOS DE INVESTIMENTO</b>		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>-21.231.541,18</b>	<b>-41.569.020,89</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.893.723,07	-38.945.995,99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.337.818,11	-2.623.024,90
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS DE FINANCIAMENTO</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>12.991.091,29</b>	<b>132.353.183,10</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>216.749.127,77</b>	<b>84.395.944,67</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>229.740.219,06</b>	<b>216.749.127,77</b>